



**FÓRUM MUNDIAL DA
JUVENTUDE (FMJ)**

Genocídio da Juventude Negra

XVI ONU Jr.

ALICE VIERIA
ANNA BHEATRIZ GUEDES
ISABELLE MARTINS
JOÃO PEDRO ALVES
MALU MORATELLI
MARIANA MENDONÇA
RANIERY MENDES

FÓRUM MUNDIAL DA JUVENTUDE (FMJ)

Genocídio da Juventude Negra

Niterói
2018

Sumário

1. Carta aos Delegados	4
2. A ONU	6
2.1. Fórum Mundial da Juventude.....	8
2.1.1. Histórico.....	8
2.1.2. Estrutura e funcionamento.....	8
3. Histórico	8
3.1. A Escravidão e a Materialização do negro.....	8
3.2. Século XIX ~ Presente	9
3.2.1. Abolição	9
3.2.2. Análise Pós Abolição	11
3.3. Análise Histórica - recorte países.....	13
3.3.1. Brasil	13
3.3.2. Estados Unidos.....	14
3.3.3. África.....	15
4. Movimentos Negros	18
4.1 Brasil	18
4.2. América do Norte – Estados Unidos	20
4.3. África.....	21
5. Racismo e Interseccionalidade	22
6. Genocídio da população negra	23
6.1. Genocídio: Conceito.....	24
6.2. O Genocídio da Juventude Negra ao Longo da História.....	24
6.3. O Genocídio de Jovens Negros na América Latina	26
6.4. O Genocídio de Jovens Negros em Perspectiva Mundial	27
6.5. Considerações Finais.....	30
7. Reparações finais	30
7.1. Ações Afirmativas.....	33
8. Política Externa	34
9. Referências Bibliográficas	57

1. Carta aos Delegados

Caros delegados e delegadas,

Sejam bem vindos ao Fórum Mundial da Juventude. Foi com muito carinho, garra e força que nós preparamos esse guia de estudos para vocês se orientarem da melhor forma possível acerca dessa temática – infelizmente – atual. Não é fácil ser jovem no mundo, mas acima de tudo, não é uma tarefa nada tranquila desempenhar o papel de jovem negro num mundo construído com um embasamento histórico-científico em uma total deslegitimação de nossas escolhas, corpos e vidas. Os primeiros registros históricos daqueles responsáveis pela nossa vulnerabilidade colocam em xeque a nossa existência das mais cruéis formas possíveis, e mesmo após mais de quinhentos anos de história registrada terem se passado, essa ideologia ainda se faz presente no cotidiano de muitos negros e negras, a todo instante subestimados não apenas por serem quem são, mas principalmente por seu fenótipo. A história da negritude está associada ao sangue porque esse povo era visto como algo descartável, uma mercadoria com tempo de vida útil.

Ainda que seja minimamente para alguns, a história de todos os países no mundo possui reflexos da diáspora indígena e africana no mundo, ele pode ocorrer tanto de maneira direta, por meio de um histórico de escravização dessas etnias, ou de maneira indireta, como o consumo de produtos elaborados e comercializados a partir da exploração desses grupos sociais vulnerabilizados. Quando as políticas escravocratas se findaram legalmente no mundo, não houve uma preocupação no que tange inserção social daqueles que passaram a vida marginalizada junto à seus antepassados, estes ficaram com as sobras de um mundo dominado pela supremacia branca de ideologia racista. Teoricamente, a escravidão teve seu fim, mas negros e negras continuam sendo escravizados, não apenas no que diz respeito a questão laboral, mas eles são vítimas de uma escravidão ideológica, em que grande parte da população ainda os enxerga como frágeis, alvos fáceis, associa-os as mais diversas e cruéis formas de criminalidade, àquilo que é considerado feio, fora do padrão. Negras e negros são escravos da história, e para eles ela nunca teve fim porque a vivem diariamente.

É por isso que, infelizmente, a etnia negra é tão associada com a resistência. Esse grupo social deve resistir. Sabe-se da existência de obstáculos, e que também, a jornada não é nem um pouco fácil, mas também é sabível que muitos já resistiram para que hoje, negras e negros alcançassem esse status social. Muitos já abaixaram a cabeça quando

queriam levantar, já sorriram quando queriam chorar, já andaram quando queria ficar parados e é por eles que deve-se lutar. O Fórum Mundial da Juventude, uma via de extrema importância para colocar em pauta os anseios e desafios de jovens do mundo vê a extrema necessidade da pauta ser o genocídio velado de negros e negras no mundo todo. A juventude não pode continuar sendo submetida a uma dívida histórica. É a história única que promove o racismo. É racismo. Foi racismo. Por muito tempo, ainda vai ser racismo o genocídio pelo qual passa a juventude negra se não pensarmos em formas viáveis de mudar isso. Vidas importam, todas elas, em suas mais intrínsecas e singelas formas. Vidas negras são vidas e também importam. Que esse guia de estudos seja de grande ajuda para vocês, que comporão esses dias de discussão enriquecedores e extremamente necessários.

Seus diretores,

Alice Vieira

Anna Bheatriz Guedes

Isabelle Martins

João Pedro Alves

Malu Moratelli

Mariana Mendonça

Raniery Mendes

2. A ONU

O nome “Nações Unidas” foi dado pelo Presidente dos Estados Unidos da América, Franklin D. Roosevelt, e foi utilizado pela primeira vez no dia 1º de janeiro de 1942. Naquele momento, em plena Segunda Guerra Mundial, os representantes de 26 nações aprovaram a “Declaração das Nações Unidas”¹, pela qual seus 1 governos se comprometeram a seguir lutando juntos contra as forças do Eixo. Em 1945, os representantes de 50 países se reuniram em São Francisco, na Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, para redigir a Carta das Nações Unidas². A mesma foi assinada em 26 de junho de 1945 pelos 2 representantes desses 50 países. A Polônia, que não esteve representada na Conferência, a assinou mais tarde, em 15 de outubro de 1945, o número de Estados membros passou a ser de 51. As Nações Unidas tornou a existir oficialmente em 24 de Outubro de 1945, no momento em que sua Carta foi ratificada pela China, França, União Soviética, Reino Unido, Estados Unidos e pela maioria dos demais signatários. De acordo com os princípios estabelecidos pela Carta, todos os Estados membros devem estar dispostos a contribuir para a manutenção da segurança e da paz internacional; desenvolver relações de amizade entre as nações baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos; cooperar na solução de problemas internacionais de caráter humanitário, econômico, social ou cultural. Em relação ao seu funcionamento, os seis órgãos principais das Nações Unidas, estabelecidos pela Carta, são a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado. Nesse contexto, o Secretário-Geral das Nações Unidas é “o mais importante funcionário administrativo” da Organização e “pode chamar a atenção do Conselho de Segurança para qualquer assunto que, em sua opinião, possa colocar em perigo a manutenção da paz e da segurança internacional”. O cargo de Secretário-Geral é votado pela Assembleia Geral, o mesmo possui objetivo de ser porta-voz dos interesses dos diferentes povos do mundo diplomaticamente e igualitariamente. A Carta das Nações Unidas define que as decisões da Assembleia Geral são recomendatórias e as decisões

¹ Disponível em inglês em:

<http://www.un.org/en/sections/history-united-nations-charter/1942-declaration-united-nations/>
Acesso em: 14 abr. 2016

² Disponível em inglês em:

<http://www.un.org/en/charter-united-nations/index.html>
Acesso em: 14 abr. 2016

necessitam de maioria de dois terços para aprovação e não mais unanimidade. A mesma Carta define que as decisões obrigatórias são desenvolvidas pelo Conselho de Segurança.

2.1. ECOSOC

O Conselho Econômico e Social, em inglês Economic and Social Council - ECOSOC, é o coração do sistema das Nações Unidas para o avanço em três dimensões de desenvolvimento sustentável - econômica, social e ambiental. É a plataforma central para fomentar o debate e o pensamento inovador, elaborar consenso sobre os caminhos a seguir e coordenar os esforços para alcançar as metas acordadas internacionalmente. Também é responsável pelo acompanhamento das principais conferências e cúpulas da ONU.³

O ECOSOC, um dos seis principais órgãos das Nações Unidas estabelecido pela Carta das Nações Unidas em 1946, é o principal órgão de coordenação, revisão política, diálogo político e recomendações sobre questões econômicas, sociais e ambientais, bem como para a implementação das normas internacionais e objetivos de desenvolvimento acordados.⁴ Entre suas principais funções estão coordenar o trabalho econômico e social da ONU e das instituições e organismos especializados do Sistema; colaborar com os programas da ONU; desenvolver pesquisas e relatórios sobre questões econômicas e sociais e promover o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais.⁵ Um dos segmentos da ECOSOC é o Youth Forum, o Fórum da Juventude que busca trazer vozes de jovens para discussões sobre formulação de políticas globais sobre questões de desenvolvimento da atualidade.

³ Disponível em inglês em: <https://www.un.org/en/ecosoc/about/index.shtml>
Acesso em 25/05/2018

⁴ Disponível em inglês em: <https://www.un.org/ecosoc/en/about-us>
Acesso em 25/05/2018

⁵ Disponível em português em: <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/ecosoc/>
Acesso em 25/05/2018

2.1. Fórum Mundial da Juventude

2.1.1. Histórico

O Fórum da Juventude, realizado anualmente pelo ECOSOC desde 2012, traz os jovens para as discussões sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a agenda de desenvolvimento pós-2015.

2.1.2. Estrutura e funcionamento

No Fórum os jovens expressam suas opiniões, compartilham ideias e pensam juntos sobre o que podem fazer para alcançar o desenvolvimento sustentável. Eles participam de sessões de brainstorming, painéis de palestrantes interativos e discussões com os Estados Membros sobre um tema principal. Eventos paralelos incentivam os participantes a se envolverem mais com uma ampla gama de tópicos. Os principais participantes do Fórum vêm dos Conselhos Nacionais da Juventude, do Grupo Principal da ONU para Crianças e Jovens, organizações regionais de jovens e organizações e redes lideradas por jovens e focadas. O Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais organiza o Fórum da Juventude em colaboração com o Escritório do Enviado Juvenil do Secretário-Geral e da Rede Interinstitucional das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Juventude.⁶

3. Histórico

3.1. A Escravidão e a Materialização do negro

A escravidão não é um fenômeno moderno iniciado pelo homem branco europeu para com o nativo indígena (na América Latina), com o negro (na África), e com as outras etnias que sofreram a imposição da vontade europeia e sua dominação no século XVII. Engana-se aquele que esquece que a escravidão é um fenômeno tão antigo quanto a própria humanidade. Os derrotados na guerra serviam de escravos para os ganhadores como faziam na Grécia Antiga, ou talvez para pagar as suas dívidas com alguém, logo

⁶ Disponível em inglês:
<https://www.un.org/ecosoc/en/ecosoc-youth-forum>
Acesso em 25/05/2018

abriam mão de sua liberdade e tornavam-se escravos até pagarem suas dívidas como no Egito Antigo.

A exacerbação do comércio de negros na época fez com que a desumanização do ser humano, que ali estava em condições degradantes, fosse sendo naturalizada, pois aquilo que estava em sua frente não era mais visto como alguém, mas como algo. Algo que era extremamente lucrativo e que não passava de um produto valiosíssimo. O processo de materialização do ser humano foi tornando-se cada vez mais natural ao passar daqueles séculos. E com o decorrer dos anos, as práticas de correção e adestramento do negro que fugia ou se rebelava contra o seu status quo foram se tornando cada vez mais cotidianas.

Negros presos à madeiras e sendo chicoteados até perder a consciência, negros sendo amordaçados como animais, mulheres negras sendo estupradas por seus "Senhores" e crianças negras sendo tiradas das mãos de suas mães/pais para serem vendidas para trabalharem para outros Senhores. Um dos negócios mais lucrativos da história da humanidade foi a compra e venda de seres humanos para trabalho compulsório e de jornadas desumanas. As principais rotas eram para a costa da América Portuguesa e para o sul da América Britânica (Brasil e Estados Unidos)⁷. A primeira impressão de como seria a rotina do negro ao ser comprado no destino era vista dentro do Navio Negreiro: pessoas sendo violentadas, amontoadas umas em cima das outras, contraindo doenças e deixados ao relento; como qualquer outro pacote que seria transportado.

3.2. Século XIX ~ Presente

3.2.1. Abolição

O cenário para o Comércio Atlântico de Escravos começara a enfraquecer após a aprovação do Bill Aberdeen⁸, em março de 1845. Após a significativa redução de

⁷ A escravidão africana é compreendida por 4 ciclos: Ciclo da Guiné, no final do Século XVI, Ciclo da Angola, Século XVII, Ciclo da Costa da Mina, Século XVIII, e o pós Bill Aberdeen, em 1845, ou o período de tráfico ilegal de escravos.

⁸ Bill Aberdeen (ou em português, Lei Aberdeen) foi a aprovação de uma Lei no Parlamento Britânico que concedeu o aprisionamento de quaisquer navios negreiros que cruzassem pelo Atlântico rumo aos países que faziam uso da mão de obra escrava. A medida tomada pelo Reino Unido foi altamente

escravos chegando em solo americano, alguns países começaram a ter crises internas devido à falta de mão de obra e, os vendedores de escravos viram seu produto ruir juntamente com a sua renda.

O cenário configurou-se de forma ruim para dois países no Mercado Atlântico: Brasil e EUA. Nos EUA, a reviravolta aconteceu durante o mandato de Abraham Lincoln que, apesar de ter o Sul do país indo contra seus ideais, aprovou no início de seu mandato um programa que iria limitar a escravatura. Tais medidas aliadas com uma situação que já não mais era estável dentro do país culminaram na Guerra de Secessão (1841 - 1845). Para os Estados Confederados, o Ato de Emancipação havia sido promulgado em 1843. Ao término da guerra, com vitória do Norte do país, a XIII Emenda foi adotada e com ela, o fim da Escravidão.

O cenário no Brasil foi um pouco diferente e foi através de processos políticos devido à pressão interna que a Monarquia sofria. O governo português (a Proclamação da República viria somente em 1889) estava em um dilema: deveria agradar os Senhores de Escravos dentro do país, mas também deveria "acatar" a unilateralidade do Bill Abereen, pois o Reino Unido era o seu maior credor e aliado. Tendo em vista esse dilema, o governo arrastou durante anos. A partir de 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz (que extinguiu a compra de escravos pelo Comércio Transatlântico de Escravos) foi quando começamos a ter alguma movimentação por parte do governo português. Com isto, começamos a ter a movimentação de escravos dentro do país. Muitos deles saíram do Norte e do Sul para atender as demandas de produção do país nos grandes centros: Nordeste e Sudeste.

A segunda medida tomada foi a Lei do Ventre Livre em 1871, o que tornou todos os filhos de escravos nascidos, a partir da promulgação daquela lei, livres. Apesar de não ter sido totalmente obedecida pelos Senhores de Engenho, foi mais um marco para o movimento abolicionista brasileiro. Quatorze anos depois, a Lei Saraiva-Cotegipe (ou Lei do Sexagenário) trouxe, para os escravos que tivessem idade acima de 60 anos, a liberdade. Apesar de ser um marco importante, é senso comum que uma parcela não expressiva de escravos conseguiu chegar até os 20 anos (pois a expectativa de vida de um escravo no Século XIX era de pouco mais de 19 anos).

unilateral e acabara gerando conflitos internos dentro do Brasil. Dom Pedro II viu-se pressionado quanto a escolher a dar apoio ou a sua maior aliada, Inglaterra, ou dar voz aos Senhores de Escravos no país.

Em 13 de maio de 1888, assinada pela Princesa Isabel, o movimento abolicionista conquistava para o país um dos maiores acontecimentos históricos: a abolição total e definitiva da escravidão. A escravidão iria encontrar seu fim após séculos de violência física, sexual e moral de toda a população escravizada.

3.2.2. Análise Pós Abolição

A reinserção social do negro em todas as sociedades escravocratas conta com uma hipocrisia absurda que fazia com que a situação de escravo fosse melhor que a de liberto. Muitos voltaram para a condição anterior simplesmente por ter onde dormir ou onde comer. Infelizmente, a hipocrisia de apresentar uma imagem melhor para o mundo foi muito mais importante do que a própria inserção do negro como cidadão na sociedade, e acima de tudo, como um ser humano que agora não teria para onde ir, não teria o que comer, não teria o que fazer (pois o que somente havia feito na vida era ser escravizado).

Para analisarmos as consequências dos espaços dados, atualmente, para os negros na sociedade contemporânea precisamos entender, primeiramente, como ele foi dado no cenário de libertação. Atualmente, a possibilidade de uma pessoa negra ascender economicamente (pois é como a sociedade contemporânea enxerga o sucesso de uma pessoa) é algo muito difícil. A ausência do Estado em medidas a fim de intervir na possibilidade de aumentar a incidência de casos de pessoas periféricas conseguirem obter uma melhora nas suas condições de vida é precário.

Muito disto se reflete no passado, onde a hipocrisia da Abolição fez se valer como suficiente. As consequências diretas desta marginalização são vistas nos mais diversos lugares: mercado de trabalho, sociedade, habitacionalmente.

Ao tomar o Mercado de Trabalho como exemplo, a renda de uma pessoa negra é menor que a de uma pessoa branca pelo mesmo serviço. A diferença fica mais abrupta quando se é uma mulher negra desempenhando o mesmo papel que um homem branco. Porém, ao tomar-se a porcentagem de pessoas negras por total de pessoas, observa-se que quanto maior o grau de instrução para desempenhar o trabalho, menor a proporção fica. Situações como esta refletem em situações constantes de pessoas negras serem confundidas com atendentes enquanto estão somente comprando tão quanto qualquer

outra pessoa. Esse racismo velado por um pedido de desculpas carrega um peso histórico que não se é mais capaz de ser tolerado. Quando analisa-se o espaço da mulher negra no mercado de trabalho, a proporção fica menor ainda. Enfrenta-se hoje a exacerbação da utilização da figura da mulher negra como beleza dentro da indústria da moda, quando menos de 5% das modelos são negras. Quanto a formação das mesmas temos que pouco menos de 6% possui escolaridade completa.

Ao tomarmos a sociedade que vivemos para análise, temos que para muitas pessoas a escravidão não se extinguiu e termos de cunho racistas ainda são aceitáveis, quando o racismo já é crime desde 05 de janeiro de 1989. Situações que ocorriam nos séculos XVIII/XIX parecem que são tratadas com uma naturalidade que esquece o quanto é absurda a situação. A maioria da população carcerária é negra em países que houve a escravidão.

A análise quanto ao espaço demográfico é basicamente uma movimentação das populações não-brancas (em países que contam com imigrantes também) de não ocuparem os espaços centrais ou de melhor qualidade de vida e um distanciamento do centro; em alguns países da Europa também é possível observar este distanciamento (França, por exemplo). No Brasil, tivemos a criação de cortiços nas áreas centrais, porém as políticas de Higienização "limparam" os grandes centros. Na Argentina, as políticas de Eugenia foram empregadas e também auxiliaram na "limpeza" do país. Uma das consequências modernas do descaso histórico para com a população negra é observado facilmente na precária situação que se encontram os serviços públicos de transporte, o saneamento básico, a saúde, a educação e a segurança: serviços básicos que deveriam ser atendidos para toda a população.

Quando a ignorância da população se alia ao descaso do Estado, o misticismo sobre às crenças não europeias, o racismo histórico e a objetificação dos negros temos um fruto um tanto podre: a marginalização da pele negra. E fica mais claro quando pegamos fatos como os já explicitados: a maior percentagem da população carcerária, a menor taxa de conclusão do Ensino Superior (além de também figurar no campo educacional como: a menor taxa de entrada no Ensino Superior e também a menor taxa de alfabetização), uma maior taxa de ocupação das zonas periféricas dentre outros tópicos.

A marginalização também tange o âmbito criminal, seja ele feito da maneira correta ou não, tendo um dos principais problemas modernos é a exacerbação da violência policial contra a pele negra. Milhares de casos são registrados diariamente sobre a morte de pessoas quanto à violência policial devido a uma guerra não declarada entre o tráfico e a polícia. A ineficiência do Estado em não reinserir de forma correta o negro na sociedade, hoje traz a tona toda a problemática que remete ao que as forças paraestatais fazem quando o Estado se nega a prover serviços básicos para estes seres humanos. Hoje, milhares de pessoas ao redor do globo vivem essas consequências: o Boko Haram na Nigéria e o controle de parte do país, o Shabaab que também controla parte da Somália ou a guerra contra o tráfico no continente americano são exemplos. A resposta direta do Estado para isto é a violência irrestrita.

3.3. Análise Histórica - recorte países

3.3.1. Brasil

O Brasil figura hoje como um dos países com o maior indicativo na morte de jovens negros (e população negra, em geral). A cada 23 minutos, um jovem negro é morto em solo brasileiro. O reflexo direto da não inserção do negro na sociedade por todos os fatores (mas que podem ser generalizados no racismo da sociedade para com os novos cidadãos brasileiros) reverberam hoje nesta última afirmação. Com a periferização da população e a negligência estatal, no Brasil, o tráfico assumiu a função do provedor de segurança ou de itens básicos.

Com este precedente, o país hoje encontra-se ao relento. Uma guerra não declarada contra a pele negra está cada dia mais clara. Não mais importa o fato de ser traficante ou criminoso, pois a associação a pele negra para com a criminalidade é um fato inegável. O silenciamento da população negra no país fazem como se no Século XIX não tivesse ocorrido a abolição da escravatura e, apesar de toda a problemática social que foi carregada junto à promulgação desta Constituição em 1891, a possibilidade de negros exercerem seu direito a voto (lembrando que nesta constituição, o voto não mais era censitário, porém, necessitava ainda da alfabetização e não permitia o exercício político das mulheres). A questão no país ainda traz hoje uma dificuldade imensa da ascensão social e de como o negro é visto dentro da sociedade brasileira.

Quando tocamos no ponto da violência urbana, precisamos entender também que, como já mencionado antes, o êxito dos centros traz o poder para as mãos do Poder Paralelo. Atualmente, duas facções controlam os dois estados mais ricos do país: o Comando Vermelho, no Rio de Janeiro, e o Primeiro Comando da Capital, em São Paulo. A influência que eles exercem sobre as pessoas dentro das favelas é, por vezes, muito maior do que o Estado pode tentar exercer. Quando fazemos uma análise sobre a mídia e o estilo de vida que é cantado nas músicas que a população jovem local escuta, se torna, por vezes, o objetivo de vida de uma criança. Não mais ser um advogado, um médico ou um engenheiro, mas sim, bandido, chefe da boca de fumo, chefe da favela. A inimizade que é estimulada por meio de músicas (e também no modo como a Polícia Militar no Brasil age) é mais um dos motivos que põe fogo nesta relação turbulenta e que hoje culminam com a violência gratuita e irrestrita que assistimos dentro das favelas: "sumiços" e mortes se tornam naturais na rotina de qualquer morador. Infelizmente, a situação no país chega ao ponto de que a cada 23 minutos um negro morre e, parafraseando o dito paulista: "Mundo gira, e vacilão roda".

3.3.2. Estados Unidos

O desenvolver da história americana com a escravidão divide suas raízes com o Brasil, contudo, o agrário Sul estadunidense remete às zonas de plantio brasileiras. Tão quanto, hoje é possível observar que as maiores tensões raciais no país estão presentes nesta parte do país. Porém, para entendermos este fato, por completo, e como uma nova onda de cunho racista e xenofóbica está ganhando voz nos Estados Unidos, devemos compreendê-lo a partir do momento em que Abraham Lincoln vence a guerra de Secessão e obriga o Sul a libertar seus escravos.

Naquela data, todo Senhor de Escravos no sul do país viu-se com milhares (ou talvez milhões) de dólares. Contudo, a sua "propriedade" agora poderia frequentar os mesmos lugares que ele, poderia talvez uma casa perto de seu senhor comprar. Porém a história não nos deixa enganar quando milhares de escravos continuaram neste status quo até o momento de existir uma condição financeira favorável para que eles não perdessem o pedaço de teto que ainda vos cobria a cabeça.

Após este episódio, as tensões foram se acirrando cada vez mais e novamente precisaram fazer uso de violência para poder acabar com uma das maiores ofensas à população negra em qualquer âmbito. As ideias que se espalharam na África do Sul também figuraram nos Estados Unidos, e com elas, todo um clima de segregação foi gerado: separação nos banheiros, separação das crianças nas escolas, separação até mesmo nos lugares públicos. No país, os maiores problemas são gerados pelas partes que apoiaram os Confederados na Guerra de Secessão, e que após os anos foram fundando entidades que toleravam o preconceito e fomentavam o genocídio da população negra, como a Ku Klux Klan.

Rosa Parks com seu ato de resistência fez com que a sua atitude se tornasse símbolo quanto à segregação sofrida pelos negros. Vários movimentos surgiram, com destaque aos Panteras Negras. Alguns pensadores também vieram a trazer suas ideias para auxiliar a população quanto a como reagir a todos os problemas (como os ocorridos em Selma e o caos que foi gerado em Detroit). Opiniões diversas, porém, almejavam o mesmo fim, Martin Luther King e Malcom X se tornaram os maiores filósofos quanto às questões dos direitos civis da população negra. O problema norte americano, no Século XXI, se acirra cada vez mais com uma nova onda racista e preconceituosa no final desta década.

3.3.3. África

3.3.3.1. África do Sul

No início da década de 50, o país se viu no início de um projeto legislativo que abrangia um conjunto de medidas que auxiliariam numa maior hegemonia branca dentro do país. Apesar de serem a minoria populacional no país, o domínio histórico pelos europeus no âmbito político e econômico fazia com que o resto da população se visse à mercê das decisões caucasianas.

Apartheid era o nome dos conjuntos de leis que oficializaram a segregação racial dentro do país. Algumas leis foram empregadas durante a época, tais como: Lei das Terras (que apesar de ser antes da oficialização das leis de segregação, também se configura como uma medida jurídica excludente), Lei do Passe, Lei do Casamento, Lei do Registro (que classificava etnicamente todos os sul-africanos) dentre outras leis que foram escritas

durante o século. As finalidades primárias foram obtidas com uma separação completa das etnias dentro do país. Negros de um lado, branco do outro.

A separação atingiu níveis que se assemelhavam ao ridículo, porém havia embasamento científico para tais medidas. Criou-se ao redor das pessoas negras uma misticidade quanto ao fato de possuírem doenças letais para brancos. Tendo isto em mente, eles não poderiam utilizar o mesmo sanitário, não beberem da mesma água (e assim, separando os bebedouros) e até mesmo intervindo no livre arbítrio da escolha de quem ter relações sexuais (a proibição veio através da Lei da Imoralidade de 1927 que proibiu pessoas brancas de se relacionarem com pessoas de outra etnia). Outra consequência direta que podemos ainda explorar (e que até hoje é reflexo direto não somente na África do Sul, mas em outros países) é a forma como foram tratados os serviços de saneamento básico para as pessoas que viviam fora das comunidades brancas (indianos e negros, majoritariamente). A criação dessas comunidades visava a concretização da segregação de uma forma até nos círculos sociais. Por diversas vezes, a violência foi empregada para desalojar as pessoas de suas propriedades por não serem da etnia que aquele bairro era destinado.

Após décadas de práticas como esta, o país se viu pressionado pela comunidade internacional e pelas Nações Unidas a abandonar tais ideias. Apesar da manutenção do regime racista no governo de Piter Botha, o presidente tentou promover algumas mudanças para auxiliarem no combate ao racismo e os crimes que aconteciam na África do Sul. Em 1989, o Presidente Frederik de Klerk iniciou a maior reforma legislativa de cunho étnico dentro do país: a libertação de Nelson Mandela, a retomada do CNA, a Lei de Direitos sobre a Terra (corrigindo os erros cometidos pela Lei das Terras Nativas) e o plebiscito de 1992. Tais medidas culminaram em um Nobel da Paz para um dos principais líderes de resistência contra o Apartheid e o Chefe de Estado Sul-africano no ano seguinte.

3.3.3.2. Continente Africano

Ainda vivendo sob a influência direta dos países do Norte do globo, o continente africano até hoje ainda sofre com as consequências da Conferência de Berlim. O continente hoje conta com diversas ameaças e que nenhuma delas é solucionada. Olhando pelo âmbito do genocídio da juventude negra, os principais adversários, nesse caso, são os grupos paramilitares (como o Boko Haram e Al Shabaab), as influências religiosas como na República Centro Africana (que acarretam num conflito interno entre católicos e muçulmanos, além do fator dos grupos terroristas atuarem em seu território), a Somália que é assolada pela sua falha na estruturação política, o Sudão e o Sudão do Sul que ainda vivem os genocídios contra a sua população em geral (porém, a violência na guerra se volta mais para os jovens deste país e as violências sexuais/físicas para com as jovens sudaneses e sul sudaneses).

O cenário instaurado em diversos países africanos tende a se tornar cada vez pior a cada dia, milhares de jovens vidas são jogadas ao relento pela falta de possibilidades dentro de seu território. A fome, a falta de segurança, a inexistência do Estado (pois, em diversos casos tratá-los somente como negligência seria uma hipocrisia), a necessidade por água, a sede por poder e controle e aliados à inexistência de possibilidades para poder tentar mudar a sua vida para algo que não o terrorismo e viver pelo caminho das forças paraestatais que assolam em guerras os países.

3.2.3.3. Europa

A relação da Europa com o genocídio da juventude negra tem papel inicial, pois foi ela quem trouxe a exacerbação do comércio atlântico negreiro no Século XVI. Especificamente os países da Península Ibérica são responsáveis pelo emprego da mão de obra escrava negra nos países em seu domínio. Séculos depois, com a partilha da África (na Conferência de Berlim) entre as potências europeias da época. Numa traçada de lápis o destino das milhares de tribos africanas foi decidida. Tribos rivais dentro do mesmo território e aquela mais inclinada aos ideais europeus poderia um dia vir a comandar o país (quando a própria metrópole não mandava seus representantes para fazer isto). O interesse europeu no continente africano e a capacidade como os mesmos conseguiram dizimar em recursos naturais, em escalas morais e até mesmo no âmbito cultural faz hoje

com que a Europa sinta os reflexos da inconstância política, o que gera a constante guerra por poder dentro dos países africanos.

Desde o século passado a Europa vê recebendo milhares de imigrantes ilegais devido à guerra que acontece nos países africanos pelo controle político dos mesmos. A população se vê afugentada a pedir asilo aos países europeus e por vezes, vê mais vantagem vir em um barco lotado de pessoas e correndo o risco de morrer em alto mar cruzando os mares que separam o continente africano do velho continente. A situação chega a ser gritante de tão desesperadora e com isso, a Europa cada vez mais se vê pressionada a receber tais imigrantes (apesar de muitos países como a Hungria se recusarem a recebê-los), mesmo sem ter como recebê-los, pois afinal, a culpa de tudo isto recai sobre os ombros da ganância do homem branco.

4. Movimentos Negros

A história da migração dos povos africanos para continentes como Europa, Ásia e América é datado desde os séculos XV e XIX período onde começou o tráfico de escravos pelo mundo, estima-se que mais de cinco milhões de pessoas teria saído da África nesse período, sendo considerado na história um dos maiores movimentos migratórios já ocorrido. (SANTOS, 2008)

Esse histórico de escravidão posteriormente foi combatido por movimentos negros que se consolidaram na comunidade para barrar o racismo que era praticado após um longo histórico de escravidão que acompanhava a população negra.

4.1 Brasil

No Brasil o movimento abolicionista é o mais relatado na história quando se fala em movimento negro, ocorreu durante a década de 1880 antes disso os negros lutavam durante a escravidão e é bastante contado na história para onde os negros fugiam quando conseguiam liberdade sendo ainda escravos que eram os quilombos, e o quilombo dos Palmares foi um dos maiores já registrados e onde se concentrava uma grande parte dos negros fugidos, o líder do quilombo era Zumbi dos Palmares, já era um movimento para tentar vencer a escravidão na época. (RODRIGUES, 2010)

Já o movimento abolicionista no Brasil liderado por Joaquim Nabuco buscava a abolição da escravatura no Brasil, Nabuco era um respeitado aristocrata na época e juntamente com um grupo de pessoas como José do Patrocínio e demais pessoas que eram contra a escravidão se uniram em prol do movimento. (SKIDMORE, 1976)

O movimento abolicionista no Brasil conseguiu diversas conquistas tais como: Ventre Livre (1871), Lei dos Sexagenários (1885) e Lei Áurea (1888).

No decorrer da história os movimentos negros no Brasil vão se consolidando e após a abolição muitos são criados, no ano década de 1930 é criado um movimento negro no Brasil que tem até os dias atuais uma repercussão no cenário social muito grande a Frente Negra Brasileira (FNB), a FNB foi considerada na primeira metade do século XX a entidade negra mais importante. (DOMINGUES, 2007)

A entidade desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, o A Voz da Raça. (Domingues, p. 106)

As mulheres negras também participavam ativamente dos movimentos e tinham participações importantes, havia a Cruzada feminina que é as Rosas Negras que se mobilizavam para realizar trabalhos assistenciais, organização de bailes e festas do movimento. (DOMINGUES, 2007)

A FNB participava de questões políticas na época e conseguiu inclusive obter direitos sociais como “o fim da proibição de ingresso de negros na guarda civil em São Paulo” sendo essa uma de suas reivindicações que foi atendida pelo presidente na época Getúlio Vargas. Em 1937 com a instauração da ditadura no país o movimento foi extinto, após a queda da ditadura um dos movimentos que surgiu foi a União dos Homens de Cor, foi fundada por João Cabral Alves, em Porto Alegre, em janeiro de 1943, que tinha como principal objetivo elevar a posição econômica e intelectual das pessoas negras no país para assim poderem participar de forma eficaz na sociedade. (DOMINGUES, 2007)

Em 1944 o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, que defendeu a convocação da Assembleia Constituinte, para o fim do preconceito racial no Brasil.

Com o golpe político que ocorreu na época os movimentos negros tiveram dificuldades de consolidação no país devido às repressões militares, somente em 1978, com diversos grupos e entidades negras foi criado o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), posteriormente seu nome foi simplificado para MNU (Movimento negro unificado) sua reivindicações eram:

“desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país” (Domingues, p. 114)

Esses movimentos negros ocorridos no Brasil têm até hoje deixado suas marcas de luta por direitos sociais, contra o racismo e direitos dos negros na sociedade, importantes conquistas e tiveram repercussões positivas na história dos negros no Brasil desde a escravidão até os dias atuais, além de que a população negra cresceu no país, estima-se que “Em 1890, dois anos após a abolição da escravatura, foram recenseados 2,1 milhões de pretos e 4,6 milhões de mestiços, que somavam 47% do total da população brasileira” (KILSZTAJN 2005, p. 369) e atualmente conforme dados do IBGE o número de negros no país cresceu 14,9% (IBGE, 2016)

4.2. América do Norte – Estados Unidos

Em 1995 os negros nos Estados Unidos não tinham direito a voto e eram marginalizados pela sociedade de uma forma em geral, existia a supremacia branca que definia locais de convivência entre negros e brancos de formas segregadas, os negros eram ridicularizados e estereotipados publicamente.

A luta pelos direitos civis dos negros começa por volta do ano de 1955, nos Estados Unidos, um dos casos mais relatados é o de Rosa Parks que se recusou a ceder lugar em um ônibus para uma pessoa branca, conhecido como o boicote de Montgomery foi uma das primeiras lutas dos negros para acabar com a segregação que ocorria, junto

ao boicote surge outro movimento extremamente importante liderado por Martin Luther King, que lutava pelos direitos civis dos negros como direito ao voto e fim da discriminação no trabalho e conseguiram alguns desses direitos pelos quais lutavam. (SANTANA, 2017)

Houve outro líder na mesma época porém diferente de Luther King que realizava movimentos pacifistas e contra violência, Malcolm X que pregava a emancipação dos negros e um Estado separados dos brancos era conhecido com um radical e foi morto em 1965 logo após Martin Luther King em 1968. (SANTANA, 2017)

Esses movimentos conseguiram conquistar importantes direitos para a população negra apesar de estudiosos ainda acreditar em um racismo velado por parte da sociedade americana.

4.3. África

A África também foi vítima de segregação social por parte das minorias brancas que chegaram e na década de 1948 foi institucionalizada na África do Sul o apartheid, um regime político que se baseava em discriminação racial, política e econômica da população. A África é um ponto estratégico de comércio devido sua localização e por conta disso muitos imigrantes europeus, holandeses, alemães e franceses. O apartheid foi instituído pelo Partido Nacional, partido esse que governou por mais de 40 na África do Sul, em 1950 criou-se a Lei de Registro que separava as pessoas por sua cor, uma hierarquia social passou a ser lei no país, existiam quatro categorias raciais: branco, mestiço, asiático e negro. (PINTO, 2007)

Caso a pessoa fosse classificada como negra era a categoria mais segregada e com menos direitos, houve também a separação por grupos que “instituiu o uso separado de praias, transportes, piscinas, bibliotecas, banheiros públicos, teatros, cinemas e praças.” (Pinto, p. 398)

A segregação era em todas as áreas, até mesmo o local de moradia tinha que ser separado pelo grupo racial, além de que casamentos mistos era proibida. (PINTO, 2007)

Em 1950 o movimento liderado por Nelson Mandela, o movimento desobedecia às regras impostas pelo apartheid denominado Congresso Nacional Africano.

O movimento era respondido com violência sempre que se impunha a obedecer às regras do atual governo em 21 de março uma manifestação realizada pelo movimento teve sérias conseqüências inclusive mortes, após isso o congresso nacional africano foi declarado ilegal e Nelson Mandela sentenciado a prisão perpetua no ano de 1962.

No ano de 1969, outro movimento surge “movimento da consciência negra” que tinha como principal objetivo lutar pela libertação mental do povo e contra a educação que era imposta ao povo negro. (PINTO, 2007)

Em 1990 Nelson Mandela foi libertado, com uma atual liderança política que legalizou o Congresso nacional africano, e posteriormente no ano de 1994 as primeiras eleições em que todos poderiam participar foi realizada e Nelson Mandela vence, em 1996 é criada uma constituição na qual os direitos entre brancos e negros tenta ser mais equilibrado.

Com a democracia institucionalizada na África do Sul o desafio que o novo governo viria a enfrentar seria um país desmistificado e na busca de uma nova identidade nacional, não mais racista e segregacionista e sim democrático.

No pós-apartheid as pessoas negras, brancas ou mestiças podiam conviver juntas em sociedade independente de sua raça e com os direitos e deveres iguais, um ganho social vantajoso e que no decorrer dos anos a história de segregacionismo e racismo viria a ser vencido.

5. Racismo e Interseccionalidade

Kimberlé Crenshaw, em seu texto “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero” (2002) faz um importante panorama sobre conferências mundiais contra discriminações de gênero tendo como foco os direitos das mulheres. A autora discorre sobre como o esforço e ativismo para que o detalhamento sobre este escopo de desigualdades fosse reconhecido gerou resultados.

A incorporação de uma perspectiva de gênero em importantes conferências mundiais demonstra o entendimento de que este é um marcador que deve ser levado em consideração nas análises de direitos humanos, de modo a tratar a diferença entre homens e mulheres numa visão de responsabilidade para a ampliação dos direitos destas.

Na mesma linha, a autora vê que há também diferenças raciais que devem ser consideradas, ou seja, as discriminações pela cor, origem étnica e descendência que negam direitos civis e políticos e marginalizam grupos devem ser tomadas como marcador para o pensar dos direitos humanos. Crenshaw coloca em perspectiva as trajetórias de gênero e raça em relação às ações sobre os direitos humanos e aponta os avanços daquela e o início dessa para que se pense combates às formas de discriminação.

Neste ponto expõe as lacunas que são dadas quando a sobreposição entre gênero e raça são postas, como quando se fala sobre as mulheres racializadas indicando vulnerabilidades e a partir daí a necessidade de um olhar interseccional para análise. A autora desenvolve este conceito de interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe metaforicamente. A interseccionalidade se daria a partir da sobreposição de eixos de poder, sendo estes o racismo, o patriarcalismo e as opressões de classe que estruturam terrenos sociais, econômicos e políticos e geram dinâmicas de desempoderamento.

Tendo como base tais dinâmicas de opressão Crenshaw enumera recomendações, entre elas melhorias tanto na coleta de dados quanto nas estratégias de desagregação, ou seja, os dados colhidos de forma desagregada por raça e gênero para que pudessem ser cruzados a fim de ter um diagnóstico sobre as mulheres marginalizadas em meio a subordinação interseccional.

6. Genocídio da população negra

O genocídio da juventude negra está relacionado, primordialmente, ao racismo. Ao se analisar a história, observa-se que a população negra sempre sofreu com estigmas, preconceitos e perseguições. É que essas atitudes permeiam as sociedades desde, no mínimo, o século IX, com a colonização árabe, e constrói desde então ideias e noções de uma naturalização do sistema escravista que servirá como uma das bases da construção do conceito/ideologia racista do século XIX (PASSOS, 2005).

E pode ser observa que o jovem negro, é o alvo das grades, violências, perseguições e humilhações. Sendo as principais vítimas de violências urbanas, e ilusões de melhorias socioeducativas para a ressocialização, são líderes do ranking de pobreza e menor salário do mercado. Também fazendo parte das listas de desempregados,

analfabetos, e desistências escolares sendo os com maior defasagem escolar. O número se torna mais alarmante quando visto em escala mundial.

6.1. Genocídio: Conceito

Para se estabelecer a compreensão geral do trabalho, deve-se analisar por partes o tema proposto, e de início, a compreensão do termo “genocídio”. A palavra de origem grega “*génos*” que significa raça, povo, tribo ou nação e da palavra latina “*caedere*” que quer dizer destruição, aniquilamento, ruína ou matança, logo, estabelece-se que genocídio é o extermínio/assassinato em série de um determinado grupo de pessoas. Segundo o dicionário Aurélio, “Destruição metódica de um grupo étnico pela exterminação dos seus indivíduos”.

Resume-se então a frase de Abdias Nascimento, em seu livro “O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado” para a compreensão exata do termo.

“Genocídio. A palavra não é antiga, e nenhum dos grandes dicionários do passado a registrar. Parece que foi cunhada durante a Segunda Guerra Mundial. Para definir a hecatombe do povo judeu sob o nazismo. Foi preciso acionar a indignação. A inteligência e o prestígio mundial do povo de Israel. Para que se tomasse conhecimento de um delito praticado impunemente ao longo da história contra outras nações. Outros povos. Outras raças, outras religiões. Outras culturas”.

6.2. O Genocídio da Juventude Negra ao Longo da História

O genocídio de jovens negros, tem sido observado ao longo da história, cada vez mais se tornando alarmante. Desde os séculos XVII a XIX, com a ideia da comercialização de escravos, o negro já era assolado por forte violências, torturas e repressões. Entretanto, o auge dessas atrocidades viera à tona no século XX. Em uma análise geral, logo nos anos 30, com a expansão do nazismo, os negros foram perseguidos pelas Lei das Raças em 1933. Havendo apenas cerca de 25 mil negros entre 65 milhões

de habitantes, os negros eram classificados junto a judeus e ciganos como "não arianos", sendo vetados de acesso a locais públicos e eram vetados a cargos no funcionalismo e vagas nas universidades. Logo após, foram caçados, e quando não mortos, levados para campos de concentração. Já no final dos anos 50 e durante os anos 60, nos Estados Unidos, eclodiram movimentos contra a forte segregação racial presente. Movimentados por Martin Luther King e o movimento dos Panteras Negras, jovens que acreditavam na esperança de um futuro melhor, lutaram por seus direitos. Entretanto, coube a represália de movimentos suprematistas. O Ku Klux Klan, movimento que acreditava na supremacia da raça branca, perseguiu e matou diversos negros crentes dos movimentos de liberdade. Logo após, as represálias a negros foram reduzidas e escondidas em atos que se justificam a "legítima defesa".

Desde então, criou-se uma imagem global de inferioridade do negro, com ondas segregacionistas de extrema repressão racial. Esse racismo social se sustentava pela noção de etnia, definida como um grupo cultural, portanto mais difícil de ser combatido. O racismo do século XX, por exemplo, se constrói a partir dos alicerces do conceito de "raça", porém se desenvolve em torno da história e das formas de reconhecimento de um "outro" na sociedade. Então, dá-se início ao discurso aceitação das diferenças. Um discurso ambíguo que, tendo em vista está sendo utilizado tanto pelos racistas como pelos antirracistas (ISAAC, 2006). Após o Estado Novo, grupos e entidades importantes surgiram na história pelo direito dos negros como a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro.

Atualmente, analisar os impactos do racismo somente a partir dos aspectos culturais não abrangia toda a complexidade da situação, mas as teorias economicistas, sozinhas, também não davam conta de todas as peculiaridades da conjuntura, contudo, foram de grande importância para a desconstrução do mito da democracia racial. Esses breves apontamentos nos mostram o quão é difícil e polêmico o embate em torno das relações raciais (SOUSA, 2011). O racismo, se propaga de maneira a selecionar e excluir negros de empregos qualificados, onde acaba por deixá-los com menores salários, e gerando menor chance de se investir na educação de filhos, saúde e segurança; alguns policiais ainda tendem a caracterizar o negro como principal responsável por crimes, sem antes qualquer análise ou investigação, partindo logo para o homicídio e alegando legítima defesa. As desigualdades acumuladas na experiência social da população negra, nos processos de escolarização tem sido denunciada há muitos anos pelo movimento

social negro, por estudiosos das relações raciais, e, mais recentemente, também pelas análises no âmbito de órgãos governamentais no Brasil. São desigualdades graves e múltiplas, afetando a capacidade de inserção da população negra na sociedade brasileira em diferentes áreas e comprometendo o projeto de construção de um país democrático e com oportunidades para todos. (PASSOS)

Indicadores como anos de estudo, reprovação, evasão, distorção idade-série, o currículo escolar desenvolvido, o desempenho dos estudantes, a relação professor-aluno, a qualidade do equipamento escolar e sua localização, entre outros, tem sido divulgados nos últimos anos mostrando as disparidades entre brancos e negros no acesso, permanência e conclusão dos percursos escolares. (PASSOS)

6.3. O Genocídio de Jovens Negros na América Latina

Nos últimos anos, os índices de morte de negros no mundo chegaram a valores alarmantes, sendo a América Latina, portadora de grande parte do índice. Na Argentina durante os anos de 1868 a 1874, Domingo Faustino Sarmiento, o então presidente, foi responsável por um genocídio que dizimou a população afro-argentina a ponto de, em 1875, restarem tão poucos negros na Argentina que o governo não se incomodou em registrar os afrodescendentes no censo nacional. (ZAMAMDODA, 2018) Segregando a comunidade negra dos descendentes de europeus, colocando-os na miséria sem infraestrutura e acesso devido a saúde. Já no Brasil, A crise de violência contra os jovens negros no Brasil representa um morto a cada 23 minutos já sendo chamada de “genocídio” sofrido por jovens negros em país sul-americano. Constata-se que a maioria das vítimas são homens, e que os homens negros têm três vezes mais chances de serem mortos do que os homens brancos. Quase metade das 50.000 mortes de jovens por ano são sofridas por adolescentes vítimas de apenas 16 a 17 anos de idade. (SENADO, 2016). Já na Colômbia, o país enfrenta o aumento da violência contra os negros colombianos, resultado de uma desigualdade racial e preconceitos, junto com o efeito da guerra civil ocorrida no país, que desalojou cerca de dois milhões de afro-colombianos. Ao se analisar o México, mais de um milhão de pessoas descendem de escravos africanos e se identificam como negros, entretanto, são pouco conhecidos e se mantêm em constante isolamento por conta da falta de reconhecimento oficial, não sendo nem oficialmente reconhecidos como minoria pelo

governo mexicano, e sofrendo constantes represálias de policiais que não aceitam a existência de negros mexicanos no país. O quadro de assassinatos de jovens por considerações raciais na América Latina é um assunto delicado e alarmante para as organizações internacionais, principalmente por resultar, cada vez mais, em um aumento significativo.

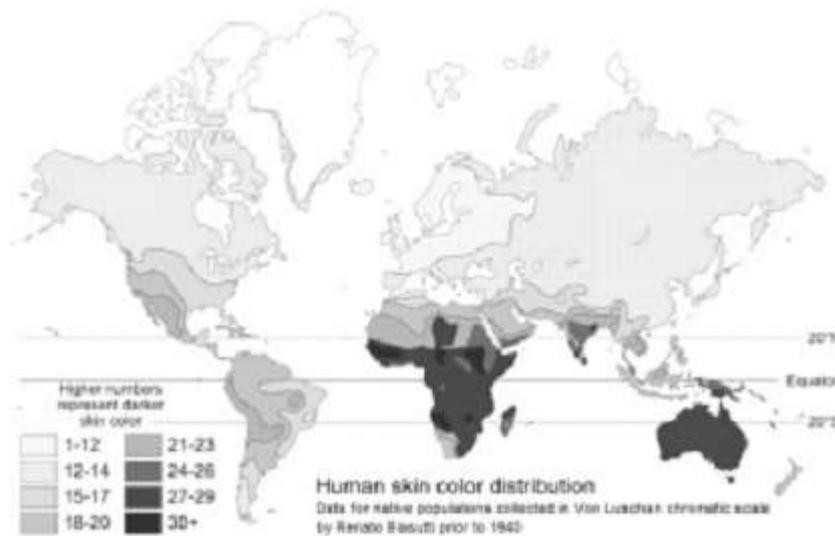


Figura 1: Distribuição de Negros no mundo

6.4. O Genocídio de Jovens Negros em Perspectiva Mundial

Na África, o genocídio de jovens negros possui um dos mais devastadores índices já registrados, sendo a maioria referente a guerras civis. Em Ruanda, situou-se o maior genocídio já ocorrido na idade moderna. Cerca de 85% dos ruandeses hutus, e minoria tutsi entram em conflito. Em 1959, os hutus derrubaram a monarquia tutsi e dezenas de milhares de tutsis fugiram para os países vizinhos, incluindo Uganda. Um grupo de exilados tutsis formou um grupo rebelde que invadiu Ruanda em 1990 e os combates continuaram até que um acordo de paz de 1993 foi acordado. Em 100 dias, mais de 800 000 pessoas morreram. A guerra da Argélia, ocorreu de 1954 até meados de 1962. O conflito aconteceu entre dois partidos revolucionários que queriam conquistar a independência do país. Entretanto, havia uma discordância entre os 2 grupos que eclodiu em uma guerra sobretudo entre os simpatizantes argelino-franceses e seus opositores argelinos pró-independência. Em Burundi, o conflito armado durou de 1993 a 2005. Resultado também das divisões entre hutus e tutsis em busca do poder. Contabilizou-se

mais de 300.000 mortos. No Djibuti, um conflito entre o governo e rebeldes alastrou o país. Esta guerra civil eclodiu em 1991 resultado da pouca presença do governo, causando danos alarmantes ao pequeno país. Todas essas nações palco de guerras civis são semelhantes em um aspecto: Jovens mortos em combate ou apenas invasões.



Figura 2: Movimento da Guerra de Ruanda



Figura 3: Além de sediar guerras horríveis, a África caracteriza-se por ocultar informações sobre os conflitos

Na Ásia tem-se uma visão mais complexa. Mesmo contendo baixo índice de genocídio de jovens negros, estabelece-se uma forte relação racista, com exceção da Rússia. Sendo a grande nação euroasiática, sediou-se no país o famoso caso do genocídio Circassian, quando o czar Alexandre II ordenou a morte ou a deportação de 90 por cento da população Circassian em Sochi. Já na China os negros são frequentemente vistos com suspeita também, e considerados como todos vindos da África, independentemente de sua origem, acreditando que todos os negros são pobres e lucram com dinheiro que deveria

ser investido em casa. Já no Japão, se assemelhasse muito com o pensamento chinês, entretanto, ainda acaba por ter uma repressão maior da polícia contra os poucos jovens negros do território. Todavia, a Índia possui uma forte represália com negros. Manifestando o racismo pela explicação do sistema de castas, que continua na sociedade indiana, onde a segregação de que são vítimas as castas mais baixas e à violência de que são alvo os seus membros, esses jovens negros são perseguidos, violentados, e humilhados no país.

Na Europa, o genocídio negro é relativamente menor comparado a América e África. Entretanto, o forte sentimento racista, implica péssimas condições a essas pessoas. Na Suécia, os afro-suecos são a minoria mais exposta a crimes de ódio, com um aumento de 24% desde 2008. 2017 testemunhou numerosos casos de violência contra negros nas mãos da polícia, incluindo a morte de Rashan Charles. O Reino Unido em julho e a detenção violenta e abusiva de Theo Luhaka na França em fevereiro. (TAYLOR, 2014)

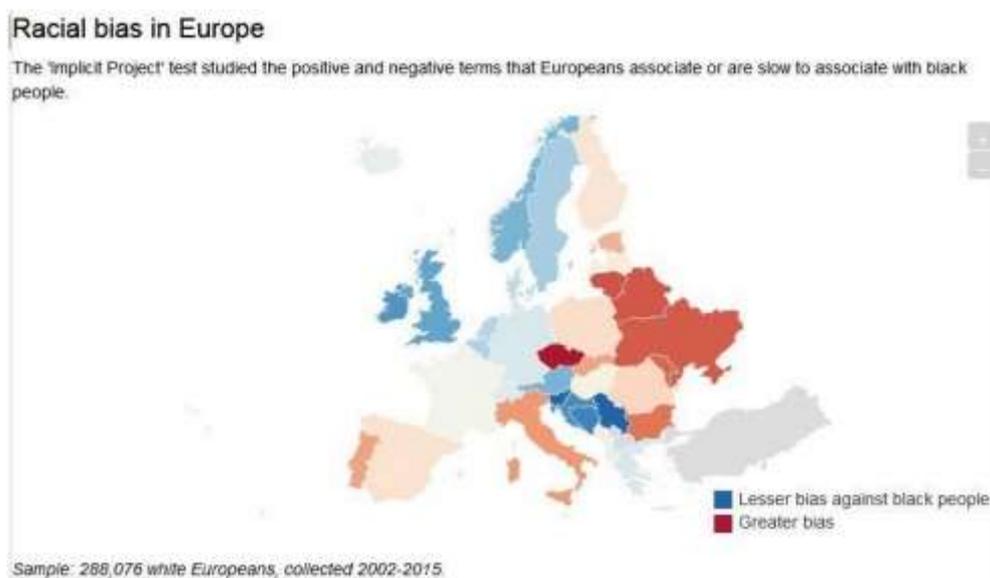


Figura 4: Índice que indica a associação entre brancos e negros na Europa como fonte de racismo no continente.

6.5. Considerações Finais

O racismo ainda prevalece na maioria das nações mundiais, seja originado pela história quanto ideologia e cultura. Grande parte dos casos resultam em violências, e até morte da população negra. Mesmo com o intermédio de organizações mundiais como a ONU, nações tendem a ignorar a situação. Os elevados índices que tendem a crescer cada vez que o ano passa e assombra a população negra que, já marginalizada, se envolve em medo e exclusão.

Cabe as autoridades as devidas medidas de controle e não elevar esses índices. E então, reconhecendo tal responsabilidade convocamos esta reunião do Fórum Mundial da Juventude, FMJ, para traçar novas estratégias de contenção e eliminação do genocídio da juventude negra e observamos que ter a participação dos jovens é crucial, tendo em vista que eles são os principais alvos dessas repressões. Sendo assim, urgimos para que as nações se atentem para tal discussão e para as futuras resoluções destas reuniões que acontecerão brevemente.

7. Reparações finais

“Pessoas que estão encarceradas dizem que um homem negro na Casa Branca não é suficiente para anular um milhão de homens negros na casa-grande, ou seja, no sistema carcerário” (Angela Davis).

Como já fora exposto anteriormente, o genocídio da população jovem negra é uma problemática de suma importância a ser debatida, e que além de afetar negros em diversas partes do globo, clama para que seja solucionada o mais rápido possível.

A morte (homicídio) sistemática de jovens negros é uma realidade que estampam capas de noticiários no Brasil e afora, tal situação configura claramente o acontecimento do genocídio desta parcela específica da sociedade. Em contrapartida a este panorama, são debatidas e desenvolvidas medidas, de curto, médio e longo prazo, a fim de reduzir as taxas de homicídio contra os jovens negros, e futuramente findar definitivamente essa questão.

Embora num primeiro momento pareça que a solução de todos os problemas seja simplesmente impedir que o próprio Estado ou outros membros da sociedade civil parem de matar jovens negros, este problema, é na verdade, mais profundo, sendo estrutural e naturalizado em todas as camadas da sociedade, sobretudo as mais pobres. Como primeiro passo em direção a elucidação do genocídio da população negra são: políticas de reparação e a promoção da igualdade racial, pois somente por meio desta será possível conter permanentemente o genocídio negro, uma vez que age desde a base da estrutura até seu topo.

Alguns exemplos de desdobramento dessas políticas e promoção de igualdade são:

1. Realização de campanhas institucionais de educação cultural contra o racismo e a discriminação;
2. Promover o reconhecimento e apoiar a demarcação dos territórios sagrados, os quilombos e as áreas da cidade que contam a história do povo negro;
3. Resgate da memória e da história negra, fomento e difusão da pesquisa histórica e de antropologia social, publicações e por meio da ampliação e aceleração dos conteúdos de história da cultura africana;
4. Dar voz aos movimentos sociais para combater a segregação das populações negras nas áreas periféricas;
5. Valorização da cultura africana e sua influência em diversos pontos do globo
6. Combate ao bullying de motivação racial;
7. Combate à intolerância em relação às religiões africanas e
8. Incentivo ao protagonismo da mulher negra, visto que além do racismo as mulheres negras também sofrem do machismo presente em nossa sociedade, ocupando os cargos mais baixos no mercado de trabalho, e sendo extremamente marginalizadas socialmente.

Contudo, é importante ressaltar que o próprio agente que deveria colocar em prática medidas como as supracitadas, é o mesmo que se apresenta como principal obstáculo, barreira: o Estado. Como coloca José Jorge de Carvalho (2005), uma questão central, e mais geral, a ser pensada com cuidado na luta por implementar o Programa de Ação de Durban, é a conversão das minorias étnico-raciais a um tipo de Estado eurocêntrico e monológico. Eurocêntrico por sua própria origem colonial, sem revisão algum da simbologia europeia do poder e dos aparelhos ideológicos do estado; e monológico porque não há nenhum sinal dos governos de levar a sério uma reformulação da concepção de Estado como multicultural.

O plano de ação proposto na Conferência de Durban, primeira conferência sobre o racismo no mundo, mostra-se no plano teórico como uma das melhores respostas até hoje desenvolvidas, no que tange o racismo, e que de certa forma consequentemente também foi uma medida contra o genocídio da população jovem negra, já que aponta medidas que promovem o fim da intolerância racial e ao mesmo tempo reparação por todo dano causado pela segregação/marginalização histórica desses grupos. O plano de ação de Durban age na desconstrução de um Estado eurocêntrico e que é exclusivo dos brancos.

No mais, é pertinente apontar a necessidade de que na luta contra esta problemática uma esfera que deve ser veementemente estudada e transformada é a esfera jurídica. É mais do que necessária a ratificação e efetiva aplicação dos instrumentos jurídicos internacionais e regionais pertinentes relativos aos direitos humanos e à não-discriminação, isto porque a justiça e todo sistema judiciário refletem a sociedade e seus aspectos socioculturais, desta forma uma estrutura social que é racista e permite o genocídio da população negra, e indiretamente não investiga, indicia e julga estes casos, ao invés de inibir tais ações, só as potencializam e as perpetuam. Por exemplo, podemos ver tal situação no judiciário brasileiro em casos como a chacina dos cinco jovens assassinados com mais de 100 (cem) tiros por Policiais Militares do estado do Rio de Janeiro, na região de Costa Barros, Rio de Janeiro - RJ. Outro caso, já no sistema judiciário norte americano é o da morte de Tony Terrel Robinson, 19 anos, morto por um policial branco.

7.1. Ações Afirmativas

Uma das principais formas de reparação difundidas sobretudo após o Apartheid são as ações afirmativas. “As ações afirmativas”, de acordo com o ministro Joaquim Gomes, “definem-se como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física”. Portanto, as ações afirmativas voltam-se para a neutralização daquilo que – de acordo com o status quo sociorracial – não se quer neutralizar.

Estas ações fundamentam-se sobretudo na Declaração Universal dos Direitos Humanos que garante a liberdade, igualdade de direitos e dignidade, assim como a não distinção por raça e outros aspectos. Isto tudo fica clarificado e expresso explicitamente nos artigos primeiro e segundo desta declaração.

Artigo 1º Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 2º Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

(Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948)

Quando parte-se para uma perspectiva global, os Estados Unidos da América por exemplo, comparado a muitas nações, encontra-se bastante atrasado no que diz respeito à implementação das ações afirmativas. Lá, nos anos 1990, vários programas nesse sentido foram juridicamente eliminados. Novamente, podemos ver o impacto/influência do âmbito jurídico na manutenção do genocídio negro.

Dados apontam que há mais homens negros encarcerados nos EUA do que nas universidades. Há um milhão de homens negros na cadeia. Este é só um dos exemplos que se repetem por diversos países. É dever questionar-se por exemplo, o porquê de tais homens não chegarem até o ensino superior. Qual o papel do Estado nesse cenário e também como políticas de reparação e igualdade racial podem modificar esse cenário. Assim como, diversas questões a Educação também é peça chave na resolução de um problema estrutural que é o racismo e assassinato sistêmico de jovens negros, uma vez que quando mais negros possuem mais acesso à educação, conseqüentemente eles conseguirão se empoderar, ter voz, e até ocupar espaços até então dominados por Brancos, conseguindo enfim alterar pouco a pouco o atual sistema que é racista é promotor da marginalização e assassinato dos negros, sobretudo jovens.

Muitas das vezes é colocado em discussão o mérito das ações afirmativas para o combate da desigualdade racial entre negros e brancos, contudo são inquestionáveis o valor e resultado desta medida, que cada vez mais consegue sucesso em reduzir o abismo existente entre esses dois grupos.

8. Política Externa

África do Sul

O contexto pós Apartheid foi definido pela instabilidade social. Apesar de existirem leis para que as práticas racistas fossem execradas, a falta de controle culminou em uma perpetuação das práticas. Atualmente, o assunto é tratado com panos quentes, mas ainda há resquícios fortes de que não foram superados ainda os atos criminosos. A sociedade sul-africana é composta, pelo último censo realizado no país, de 10% de sua população como etnia branca e 80% de negros em território nacional. Não existem

Argentina:

Apesar de muitos argentinos possuírem raízes africanas, o processo de higienização que ocorreu na Argentina fez com que a parte afrodescendente da população fosse dizimada de todas as formas possíveis: envio para as frentes de batalha em guerras,

doenças, a própria habituação ao clima mais frio na Argentina. Todos esses fatores contribuíram para a "limpeza étnica".

Atualmente, a população negra é inexpressiva e gira em torno de 4%. A composição étnica é basicamente de branco e índios. A grande preocupação é quanto ao racismo sofrido pelos descendentes de índios, pois são minoria dentre os quase 80% de argentinos brancos.

Alemanha

A Alemanha segue uma campanha pelos direitos humanos estando nos interesses diplomáticos. Exemplos de todo o mundo mostram que a paz a longo prazo e o desenvolvimento sustentado não são possíveis quando os direitos humanos são violados, como foi observado nos diversos casos de genocídio no mundo. Fazendo parte de uma das mais importantes convenções de direitos humanos, a Alemanha visa a proteção de povos e punição ao descumprimento. Acreditando-se que os direitos humanos devem ser protegidos, e sendo vital que o público em geral esteja atento e responda a quaisquer violações. Em diálogo com organizações não-governamentais, grupos religiosos, intelectuais e ativistas, a Alemanha busca apoiar sociedades civis vibrantes e vigilantes em países do mundo todo. Por meio de sua ajuda humanitária em todo o mundo, o Governo Federal ajuda pessoas com carência e em estado de precariedade como resultado de desastres naturais, conflitos armados ou outras crises e onde há o risco de isso se tornar realidade. Um aspecto preponderante sobre o país, é a busca pela conciliação em si mesmo, onde qualquer denúncia ou contraponto que se observa no próprio povo, o estado visa corrigir.

Angola

A República de Angola é um país africano, situado na região oeste do continente e que exerce forte influência na África Central, devido seu rápido crescimento econômico. Assim como outros países, é um país que possui seu histórico marcado pela colonização portuguesa, que fora extremamente racista e causou danos ao país, pois por certo tempo

a população negra se viu marginalizada. Contudo, atualmente o país apresenta baixas taxas de casos de racismo e crimes correlatos a este.

Um fato importante de se destacar é que cada vez mais cresce o número de migrantes portugueses, e há uma grande desigualdade salarial entre portugueses e angolanos, sejam eles negros ou brancos.

Diferente de muitos países, e apesar de algumas barreiras existentes, a juventude negra angola é uma das mais ativas e empoderadas do continente, demonstrando preocupações políticas, sócio-econômicas e ecológicas acerca de seu futuro e papel no mundo. No que tange a temática do comitê, essa juventude apresenta um posicionamento feroz no combate do genocídio da população negra no mundo, trazendo em pauta o papel de culpado dos países que ainda se negligenciam frente a essa questão, e também dos países que naturalizam, e até mesmo garantem legalmente, práticas racistas e a intolerância racial que conseqüentemente causam o acontecimento do genocídio da juventude negra.

Anistia Internacional

A Anistia Internacional é um grupo composto mundialmente por mais de 3 milhões de pessoas dispostas a colocar em pauta na sociedade os direitos humanos e lutar contra suas violações em prol de que esses sejam reconhecidos, respeitados e protegidos. A organização se posiciona como uma das principais no globo responsáveis pelo movimento que atua em prol das vidas negras, especialmente em países como Brasil e Estados Unidos, criou a campanha “Vidas Negras Importam” com o intuito de fornecer uma maior visibilidade a questão do genocídio recorrente entre negros e negras. Mais do que nunca, essa organização internacional se coloca a disposição para erradicar de todas as formas o racismo enraizado, o preconceito e o genocídio para com a população negra.

Argélia

A República Argelina Democrática popular se localiza ao norte da África, atualmente sendo composta por mais 40 milhões de habitantes. A recente história tem seu

início a partir de sua independência em 1962, em que as crises humanitárias eclodiram em seu solo.

Atualmente a Argélia é considerada uma potência econômica regional, sendo membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Além da sua grande reserva de petróleo, o país destaca-se pela grande força armada formada pelo governo, sendo um dos maiores do continente.

Um grande fator político de atuação internacional da Argélia é sua forte atuação no movimento de terceiro mundo, ou também chamado de movimento dos não alinhados⁹. Todavia, as heranças da colonização ainda persistem na sociedade argelina, refletindo nas desigualdades raciais existentes.

Atualmente a Argélia, devido à sua proximidade ao continente europeu, se tornou ponto de parada para os imigrantes que desejam chegar ao outro continente, em alguns locais isto é constatado como uma crise social. Em 2017, foram relatados casos de agressões motivadas por racismo no país contra imigrantes¹⁰. O presidente francês, Emmanuel Macron, em visita ao país admitiu os erros da colonização feita no país, e das torturas praticadas naquele período.

Austrália

A Comunidade da Austrália é um país localizado na Oceania. Sendo um país muito multicultural, com alto desenvolvimento humano e qualidade de vida, a Austrália pode ser considerado um dos países melhores países no que tange a tolerância racial e a receptividade de diferentes grupos étnicos.

Contudo, esse cenário transforma-se quando fala-se dos povos originários da Austrália: os aborígenes, que em sua maioria são negros. A condição de vida deste é horrenda, e o governo não auxilia-os da forma correta.

⁹ Movimento formado na Conferência de Bandung com os países africanos e asiáticos que não possuíam alinhamento ideológico a bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética.

¹⁰ Disponível em: <<https://ivairs.wordpress.com/2017/02/08/estudantes-bolsistas-angolanos-sao-agredidos-na-argelia-por-racismo/>>. Acesso em 08 de novembro de 2018.

Embora o país não tenha taxas que possam configurar um genocídio da população negra, deve-se estar atento às demais questões onde negros são subjugados. A juventude australiana por ter acesso a uma educação de altíssima qualidade, apresenta um posicionamento de estar bastante atento a questão do genocídio negro ao redor do mundo, estando bastante preocupada com isso. Além disso, acredita que devam ser traçadas metas e soluções para resolver por uma vez esta questão que infringe veementemente os direitos humanos, os quais a Austrália preza.

Brasil

Vítima de uma das maiores colonizações do mundo, de modo que hoje possui a maior população negra do mundo fora do continente africano, a presença do Brasil nesta temática é sintomática. As ideologias colonizadoras de eugenia e superioridade da raça branca, por mais que tenham sido combativas em sua grande parte, ainda são muito presentes no cotidiano de brasileiras e brasileiros negros e negras, vítimas de um estereótipo diário. Esses são atrelados àqueles piores componentes da sociedade, subjugados em função de sua etnia, e em consequência, mortos sem pudor em grande parte das vezes pelo aparato estatal responsável por assassinar a cada 23 minutos um jovem negro no Brasil, de acordo com o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) brasileira. O Atlas da Violência de 2017 registrou que de cada cem pessoas mortas no país, setenta e sete eram negras. O movimento negro do país se mostra extremamente forte e tem lutado para que seja elaborado um Plano Emergencial de Políticas Públicas para a Juventude Negra em prol de cessar o genocídio negro que diariamente é responsável por matar inocentes numa guerra que tem como base um preconceito histórico enraizado.

Cabo Verde

A República de Cabo Verde é um país africano que localiza-se num arquipélago na parte central do Oceano Atlântico, e que fora no passado uma das diversas colônias de Portugal. A dominação colonial deixou marcas que afetam o país, no seu aspecto social, até hoje, pois há um tratamento diferenciado entre os brancos (europeus) e os negros

(africanos), estes primeiros recebem um certo tratamento privilegiado, instaurando em Cabo Verde um ar naturalizado de desigualdade entre esses dois grupos.

No que tange às relações internacionais, o país segue uma política de não alinhamento, contudo possui boas relações com quase todos os países, sobretudo com a união europeia e os países africanos.

Comparado a maioria dos países do continente africano, Cabo Verde está bastante avançado na educação, saúde e segurança; desta forma, dentro de seu território não possui um cenário de genocídio da população negra, nem taxas de crimes cometidos por motivos raciais. No entanto, o país vê como urgente tratar esta temática no comitê, visto que ainda internacionalmente os países africanos (majoritariamente negro) ainda é inferiorizado.

Canadá

Desde o século XVII, ocorre no Canadá uma grande imigração de negros e negras das mais distintas nacionalidades. Em seu primeiro momento, índios e africanos fizeram parte da dinâmica em função dos processos de escravização, mas ao longo dos anos, outras etnias e nacionalidades compuserem o país. Conhecido por sua tolerância no cenário internacional, sendo considerado um dos países mais plurais, o Canadá possui uma dinâmica de segurança pública que prejudica negros e negras, fruto de um racismo que faz parte do cenário social. Uma pesquisa feita pela CBC News recentemente divulgou que de 8.3 por cento dos canadenses que vivem em Toronto, 36.5 por cento já sofreu de alguma forma com a polícia. A Ku Klux Klan, movimento norte-americano que tem como um de seus pilares a supremacia branca possui seus primeiros registros no país nos anos de 1920. O movimento negro canadense começou a aflorar nos anos de 1970, junto aos demais países das Américas e ainda é considerado forte, embora muitas de suas demandas não sejam atendidas pelo governo.

Cazaquistão

O Cazaquistão é um país transcontinental localizado na região central eurasiática e é fronteiro com a Rússia a nordeste, com Uzbequistão, Turcomenistão e Quirguízia,

ao sul, e com a China a sudeste. A República declarada independente desde 16 de novembro de 1990 fazia parte da antiga União Soviética, e tem como presidente desde 1991 Nursultan Nazarbayev, reeleito nas últimas eleições em 2015 com 98% dos votos.

O governo está caminhando para uma democratização de seu sistema político por meio de uma reforma, ainda que a passos lentos. O objetivo é que o poder se redistribua, podendo haver transferência de até 40 funções que hoje são do presidente para outros órgãos do executivo e do governo, além de um equilíbrio entre os poderes.

O país tem uma composição étnica variada, com mais de 130 representantes de diferentes nacionalidades em seu território. A etnia local, os cazaques representam a maior parte da população - 58,9%, enquanto a russa - 25,9%, ucranianos - 2,9%, uzbeques - 2,8%, uigures, tártaros e alemães - 1,5% cada, e outros grupos 4,3%. A embaixada desse Estado transcontinental nos Estados Unidos clama que “o princípio da igualdade de todos os grupos étnicos que habitam o país é rigorosamente respeitado. [...] os direitos para o cumprimento de seus interesses etno-culturais são assegurados.”

Há muitos poucos negros no país, o que faz com que os que por lá estejam sejam vistos como “exóticos”, como no relatado na entrevista da The Guardian com o jogador inglês Korede Aiyegbusi, que residindo na cidade de Karaganda disse que os cazaquistaneses apenas viam negros em filmes.

No entanto, a seguinte declaração do presidente que nos permite analisar que não há uma alienação acerca da relação entre democracia e relações raciais igualitárias. "Somos um povo que, como todo mundo, segue o caminho da democracia, mas em um dia não podemos avançar mil anos. Há 50 anos nos Estados Unidos negros e brancos não podiam compartilhar os ônibus e os negros não participavam das eleições. Por que esquecem disso?", declarou Nazarbayev.

Tais elementos apresentados pelo próprio país que se afirma pelo seu desejo de paz, estabilidade interna e desenvolvimento econômico e político sustentável, e que colocando como prioridade máxima internacional de sua política externa almeja um assento no Conselho de segurança da ONU como membro não permanente, nos permite dizer que a participação deste país no debate sobre a juventude negra é essencial ao passo que se alinha com uma agenda urgente sobre os direitos humanos.

Chile

A população negra chilena é considerada, numericamente, uma das que possuem menos expressividade no continente latino-americano. Isso ocorre porque não houve uma grande exportação de africanos para serem escravizados no país, ela ocorreu com uma maior expressividade apenas na cidade de Arica, a qual se tornou território chileno apenas em 1880, mais e sessenta anos após o fim legal da escravidão. Nesse sentido, a questão do preconceito racial no Chile está tangida para um viés xenofóbico. A migração de diferentes nacionalidades africanas e de povos fronteiriços, como Bolívia, Colômbia e Venezuela tem colocado em pauta alguns casos de preconceitos recorrentes envolvendo violência na sociedade. Em prol de erradicar tais problemáticas, fechar fronteiras e melhorar o controle migratório do país foram algumas das soluções já apontadas pelo governo.

Com a difusão de movimentos sociais preocupados com as vidas e políticas públicas da população negra, a ong Oro Negro e a Associação de Afrodescendentes de Lubang buscam a inclusão de afrodescendentes nos censos demográficos por meio do projeto de lei “Aliança Afro” do país para que a existência desse grupo social no país tenha seu devido respaldo.

Cuba

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, Havana tomou um posicionamento contra o Imperialismo Iaque e se alinhou à URSS frente ao mundo bipolarizado. Entretanto, os problemas raciais não escaparam à ilha caribenha que se via com sua maioria branca (aproximadamente 60% da população) frente aos 40% de miscigenados e negros.

Dentre os diversos problemas que Cuba enfrentou, segundo Fidel Castro, o racismo nunca foi um deles. Com uma hipocrisia tamanha, aproxima-se quase de um mito falar sobre tal assunto na ipuã. Muito dos entraves que foram gerados é devido à diferença de cultura, e pode ser até traçado um paralelo com o Brasil. Religião, cultura, musicalidade, idioma e outros fatores determinantes para a definição ideológica do escravo que parou em Cuba e teve suas gerações futuras em terras insulares.

A República de Cuba, portanto, é considerada uma das mais racistas dentre o globo, porém, ele é quase que institucional; e, devido ao processo se estender por gerações, há a naturalização do mesmo, o que gera, portanto, nenhum sentimento de revolta ou descontentamento por parte da população.

Espanha

Na Espanha, a proteção e promoção dos direitos humanos é uma das prioridades básicas da política externa espanhola, como confirmado pela Estratégia de Ação Estrangeira publicada em 2015. As questões de direitos humanos estão na agenda em todos os contatos bilaterais com governos de todas as regiões do mundo. Entretanto, por mais que o país busque acercar os direitos humanos para as outras nações, nos últimos tempos vem deixando lacunas em sua própria nação, com leis aprovadas para conter manifestações e a chamada “lei da mordaza”, busca por impunidade para genocídios passados, e aprisionamentos políticos. Integrando a base dos direitos humanos da ONU, o país vem buscando uma maneira de conciliar sua posição e o controle de seu povo. Todavia, o país sempre declarou luta pela dos direitos das pessoas com deficiência, contra a discriminação e a real e efetiva igualdade de oportunidades e a luta contra o racismo, a xenofobia e os crimes de ódio para a redução de crimes, violências e mortes.

Estados Unidos

Os Estados Unidos da América, logo após muitos casos de desafiaram a nação democrática que defende o respeito humanos e liberdades fundamentais. Autoridades e diplomatas americanos repetidamente reafirmaram esses princípios em conferências e fóruns internacionais. Por tanto, a “grande nação” já esclareceram medidas para trabalhar as normas mundiais acerca do genocídio. Apoiando ativamente a criação de órgãos internacionais, como tribunais, para conduzir julgamentos de pessoas acusadas de cometer genocídio e a chamada Convenção do Genocídio. Alternativamente, e talvez em conjunto com o desenvolvimento de normas e regras, os Estados Unidos tomam medidas concretas em casos de genocídio, ou quando alegações de genocídio são feitas. Isso pode envolver a adoção de medidas oportunas para prevenir o genocídio antes que ocorra, especialmente nos casos em que há aviso prévio. Ou poderiam envolver a proposição e o

apoio à aplicação de sanções - políticas, econômicas e militares - a fim de pôr fim às atrocidades e levar os perpetradores à justiça.

Etiópia

A Etiópia continua a ser um espaço político fechado. A coalizão dominante tem 100% dos assentos parlamentares federais e regionais com amplas restrições à sociedade civil e à mídia independente, a dizimação de partidos políticos independentes, o assédio e a detenção arbitrária daqueles que não apoiam ativamente o governo limitaram severamente o espaço para vozes discordantes, fazendo pouco progresso sobre as reformas dos direitos humanos. Em vez disso, usou um estado de emergência prolongado, abusos das forças de segurança e leis repressivas para continuar a suprimir direitos e liberdades fundamentais e repressão em massa ao povo contrário ao Estado. Ainda, apesar das repetidas promessas de investigar os abusos, o governo não o fez com credibilidade, ressaltando a necessidade de investigações internacionais. A Comissão de Direitos Humanos afiliada ao governo não é suficientemente independente e suas investigações consistentemente carecem de credibilidade, levando a Etiópia a ser um país violento e punitivo.

França

Historicamente, o país foi um dos principais responsáveis pela colonização dos continentes africano e asiático. Na África, a colonização se expandiu pelo Norte e desceu pela costa ocidental. Após o fim do período de neocolonização, diversas crises foram geradas por instabilidades políticas, sociais e econômicas deixadas pelo fim da exploração europeia.

Algumas ondas migratórias emergiram após o caos deixado pelo "vácuo" de poder nas regiões dominadas pelos franceses. Paris foi um dos principais focos de acolhimento destas pessoas e o surgimento de periferias pelo território francês foi sendo visto durante o fim do Século XX. Consequentemente houve uma mudança no quadro étnico do país, porém, uma onda de teor discriminatório começou a surgir (mesmo após usufruir dos materiais advindos dos países explorados) e foram registrados alguns casos de racismo.

Haiti

A República Haitiana foi uma a primeira república do continente americano a se declarar independente de sua metrópole europeia¹¹ e uma das primeiras a ter no poder descendentes de africanos (enquanto ainda havia a escravidão africana na maioria dos países vizinhos). Porém, ao tentar analisar de que forma é dado o genocídio no país, necessita-se, primeiramente, o entendimento de como é dada etnicamente a sociedade haitiana.

Devido à maioria populacional do país ser de descendência negra, os casos de mortes são devidos à problemas externos ao racismo e qualquer tipo de perseguição étnica. Porém, ainda é válido ressaltar o fato de existir uma problemática entre as populações do Haiti e da República Dominicana.¹²

Índia

Um traço definidor da sociedade indiana é o sistema de castas que apesar de ter proibições constitucionais ainda é enraizado na população, especialmente na parcela de 85% dos 1,3 bilhão de habitantes que praticam o hinduísmo. Em relação a uma segregação racial é interessante se aprofundar nos estudos que tratam da teoria da invasão ariana e da formação da civilização hindu, “[...] de acordo com o filólogo e indólogo Max Müller (1888), entre 1.000 e 1.500 a.C. os arianos, descritos como uma população branca, teriam penetrado o noroeste da Índia e, posteriormente, subjugado e empurrado a população dravidiana (negra) em direção ao sul do subcontinente.”

O antropólogo André Béteille em seus estudos, constatou que existe, na sociedade indiana, uma preferência generalizada por tonalidades de cor de pele mais claras, algo que verifica em algumas palavras e em provérbios indianos. Além disso uma preferência por pele clara poderia ser vista pelo enorme sucesso que cremes branqueadores no país. Por mais que nas origens das castas não se possa afirmar uma motivação racial explícita, “há, porém, afinidades inegáveis entre as histórias dos conceitos casta e raça, cuja amplitude ainda está por ser revelada num estudo que consiga focar diferentes momentos

¹¹ Ler também: https://en.wikipedia.org/wiki/1804_Haiti_massacre

¹² Ler também: <https://haitiliberte.com/the-u-s-and-haiti-200-years-of-racism/>

do colonialismo europeu, comparando práticas e discursos de dominação em diferentes contextos.”

Os dalits que representam a casta mais baixa da Índia saíram às ruas neste ano e enfrentam a polícia para garantir direitos na Suprema Corte indiana. Nesse protesto morreram 9 pessoas e 450 foram presas. A esta casta que também é conhecida como “os intocáveis” se destinam trabalhos que lidam com dejetos da sociedade, como a limpeza de esgotos.

Para além do sistema de castas, o preconceito e o racismo se fazem presentes no país como relatados nas matérias “O pesadelo de ser negro na Índia” e “Racismo vivo na Índia: história de Kim Barrington Narisetti, uma profissional afro-americana que relatam casos de discriminação racial e de abuso de autoridade em relação a população negra de imigrantes no país.

Islândia

A Islândia tem como base os direitos humanos para atuar em medidas prejudiciais. Trabalhando ativamente para a promoção dos direitos humanos no mundo, através da participação na implementação de acordos internacionais; através da participação na tomada de resoluções; troca de opiniões e trabalho a nível de base onde são formadas as medidas e políticas da comunidade internacional. A Islândia desempenha um papel ao chamar a atenção da comunidade internacional para qualquer falta de respeito pelos direitos humanos, ocasiões de violações sistemáticas dos direitos humanos e para encontrar formas de combater tais violações. A Islândia levanta o estado das questões de direitos humanos a nível bilateral com outros estados. (ICELAND)

Focando o desenvolvimento sustentável, paz e segurança; e agora é colocada uma ênfase mais forte na ligação entre os direitos humanos, o desenvolvimento democrático e o estado de direito. Naturalmente, essas áreas geralmente se sobrepõem e levantam questões importantes. A política fundamental da Islândia em relação aos direitos humanos está integrada em todas as áreas da política externa, sejam para proteção de mulheres, crianças homens e negros, quanto do meio ambiente.

Israel

O Estado de Israel é um país que se encontra localizado no Oriente Médio e banhado pelo Mar Mediterrâneo. Israel é composto majoritariamente por judeus e marcado historicamente desde o início de sua formação por conflitos étnicos sobretudo com os palestinos, que reivindicam a criação do Estado da Palestina.

Os negros, principalmente jovens, não possuem um ambiente confortável e favorável dentro deste país. Os principais líderes políticos e líderes religiosos apresentam atitudes extremamente racista para com os negros. Últimos dados apontam que Israel negou quase um terço ($\frac{1}{3}$) de refugiados africanos.

A comunidade negra em Israel encontra-se, de certa forma, sufocada e sem voz. Apesar de todo este panorama ruim, dentro do país não há um verdadeiro genocídio da população jovem negra, contudo caso medidas para findar a segregação e intolerância racial no país não sejam alcançadas tal panorama tende a mudar para pior.

Jamaica

A Jamaica é um país insular situado no mar do Caribe que compreende a terceira maior ilha das Grandes Antilhas. É um país majoritariamente negro com 90,9%, 1,3% indianos, 0,2% brancos, 0,2% chineses, 7,3% etnias mistas e 0,1% outras etnias.

Segundo relatório da Anistia Internacional, nos anos de 2017/18 a Jamaica continuou a ter uma das maiores taxas de homicídio nas Américas. Entre janeiro e junho, os homicídios aumentaram 19% em comparação com o mesmo período de 2016. O relatório apresenta que mortes ilegais continuam a ser realizadas pela polícia com impunidade.

Outras pautas também aparecem no relatório, como uma revisão da legislação nacional relacionada a crimes sexuais, violência doméstica, creches e proteção infantil estava em andamento. As ONGs levantaram preocupações sobre o direito à privacidade após propostas para introduzir carteiras de identidade nacionais. Pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais continuaram a enfrentar discriminação na lei e na prática. Os prisioneiros gays e bissexuais continuam com risco elevado de contrair HIV.

Tendo em vista que sua população é praticamente toda negra o bom desenvolvimento de sua juventude é extremamente importante para o país e se relaciona com a temática do comitê de forma evidente.

Japão

O Japão é um país composto por um grupo de ilhas que se localizam na Ásia Oriental. Localizado no Oceano Pacífico, a leste do Mar do Japão, da República Popular da China, da Coreia do Norte, da Coreia do Sul e da Rússia. Atualmente, o país representa a terceira maior economia do mundo, atrás dos Estados Unidos e da China, que o ultrapassou no início do século atual. Seu Produto Interno Bruto (PIB) nominal encontra-se na faixa de 5,6 trilhões de dólares, e a renda per capita é de 43000 dólares. O país apresenta um baixo nível de desemprego (2,4%) e um Produto Interno Bruto (PIB) que voltou a crescer no último trimestre e há uma pobreza relativa que se mantém praticamente igual desde 2000.

A questão racial no país não é muito debatida, um fato recente interessante que trouxe luz a esse ponto foi eleição de uma miss Japão mestiça. No Japão, os mestiços são chamadas de hafu (palavra que vem do inglês half, que significa "metade") e levando em conta que uma em cada 50 crianças nascidas no país é mestiça, o que equivale a 20 mil bebês por ano é extremamente necessário que a temática seja levada em conta, especialmente pela mudança que o país está passando.

Moçambique

A República de Moçambique é um país localizado na região sudeste da continente africano. O país também foi um dos vários países marcados pela colonização portuguesa em seu território, além disso fora bastante impactado pela guerra civil que durou mais de 20 anos.

O quantitativo de não negros em Moçambique é quase insignificativo. Apesar de ser um país negro em praticamente sua totalidade, o país não está livre de problemas ligados a desigualdade racial; esta fica nítida na região turística do país, onde brancos são

extremamente privilegiados quando comparado a outros negros também no mesmo local (e com igual condição de renda). A juventude embora não sofra diretamente um genocídio de sua população negra e jovem, ainda se vê sem voz e acredita que o debate do assunto do comitê é importante para o país, pois tal panorama é um verdadeiro ataque a toda população negra mundial. Um ponto a adicionar é o fato que a constituição moçambicana no seu artigo que garante a liberdade de expressão permite que prática de discriminação racial/étnica ocorram no país.

No campo diplomático Moçambique segue uma política de não alinhamento, entretanto, possui boas relações com os demais países africanos e a ONU. No mais é membro do Conselho de Paz e Segurança da União Africana.

Namíbia

Infelizmente, a Namíbia foi palco de um dos primeiros genocídios do século XX, embora muitas pessoas não saibam muito do fato de que tropas alemãs entre os anos de 1904 e 1908 invadiram o território do sudoeste africano, em que hoje se situa a nação na Namíbia, e foram responsáveis pela morte de mais de oitenta mil homens, mulheres e crianças, tanto via tortura como via violência. A Namíbia logrou sua independência em 1990, o que torna a democracia e sua governabilidade enquanto nação emancipada muito recente, muito embora o país possua uma política voltada para sua recuperação histórica e legitimidade de seu povo, de modo a se encontrar sempre presente e ter papel fundamental nas trincheiras de lutas africanas.

Nigéria

A Nigéria, assim como a maioria dos países que compõe o continente africano, possui uma lógica diferente de racismo. Desde a independência do país em 1960, os três grupos étnicos do país – igbo, yorubá e haussas -possuem conflitos entre si, motivados pela prevalência no poder no contexto pós-colonização britânica. Em 1966 eclodiu numa guerra civil por parte dos igbos, que se opunham ao governo central dominado por yorubás e haussas e em 1967 estes formaram Estado Independente de Biafra. Em 1970, os igbos se renderam, Biafra foi incorporada à Nigéria e após esse fato, o país passou por

um período de ditadura militar, que se encerrou apenas em 1999, quando a nação pôde caminhar para a democracia. Nesse período, ocorreu um forte genocídio de igbos, quase dois milhões foram mortos e ainda na contemporaneidade, há um preconceito com esse grupo da população nigeriana. Embora muito reduzida, essa prática preconceituosa ainda se faz presente no país e um número de jovens negros e jovens negros e assassinado em função de tais conflitos de herança histórica na nação nigeriana. Ademais, é importante frisar que o grupo terrorista Boko Haram possui uma grande responsabilidade no genocídio da população jovem negra da Nigéria, especialmente no que diz respeito a mulheres e a cristãos católicos. Nesse sentido, não apenas o fator religioso, mas também a questão de gênero são grandes influências para a mortandade de negras e negros nigerianos.

Peru

O Peru está localizado na porção oeste da América do Sul. Seu território, banhado pelo Oceano Pacífico, limita-se ao sul com o Chile, a leste com a Bolívia e o Brasil, e ao norte com Equador e Colômbia. Ocupa uma área de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, sendo o terceiro maior país sul-americano, atrás somente da Argentina e do Brasil.

A Cordilheira dos Andes divide o Peru em três grandes regiões: o litoral, o altiplano andino e a Amazônia Peruana. A população peruana é composta por cerca de 29,4 milhões de habitantes, sendo que o litoral é a região mais povoada, abrigando, inclusive, a capital, Lima, além de outras cidades de grande concentração populacional. A população indígena ocupa principalmente a região do altiplano andino.

A população afroperuana representa entre 8% e 10% da população do Peru, de cerca de 30 milhões de pessoas. O racismo estrutural no país é marcante, em um relatório de 2011, a La Defensoria del Pueblo afirmou que os afroperuanos sofrem uma situação de "vulnerabilidade, adiamento e invisibilidade", que tem um impacto negativo sobre os seus direitos humanos, especialmente saúde e educação. As oportunidades são desiguais e os afroperuanos em sua maioria ocupam cargos de menor prestígio na sociedade.

No artigo “Peruanos Negros: Uma Presença Desaparecida?” de Constance Garcia-Barrio a autora resgata o histórico de colonização e escravidão no país trazendo reflexões

sobre esse processo, entendendo que a dureza da escravidão, as condições severas de vida e as guerras são responsáveis por um aspecto do desaparecimento da população negra do Peru. Constance ainda problematiza a questão dos censos governamentais e defende que os números dependem de quem está fazendo a contagem. Recenseadores do governo - ou respondentes de ascendência negra - podem reivindicar raça mista ou sangue indiano. O artigo traz ainda expressões do movimento negro no Peru.

É de extrema importância a temática do comitê no contexto do país para que se pense em saídas de igualdade racial para jovens pretos peruanos trazendo novas possíveis perspectivas de mudanças na estrutura racista hoje apresentada.

Portugal

A República de Portugal tem seu histórico marcado pelo imperialismo, e pela colonização de terras africanas. Atualmente a população negra corresponde aos imigrantes, muitos também vindos de refúgio da África.

Uma das grandes problemáticas políticas enfrentadas pelo país é a questão do refúgio, e da imigração. O país ainda enfrenta dificuldades de adotar políticas de inserção de imigrantes dentro da sociedade, um racismo estrutural e social.

Devido ao seu histórico colonizador, existem muitos afro-portugueses que são descendentes de pessoas vindas das ex-colônias africanas que atualmente ainda não são bem aceitas na sociedade. Mesmo caracterizado como crime o racismo ainda é muito intenso no país, ainda há uma subrepresentação intensa no Estado português.

República Tcheca

O país que se localiza no centro geográfico da Europa tem sua população composta majoritariamente por tchecos, representando mais de 90% as outras nacionalidades mais presentes são eslovacos, poloneses, ucranianos, vietnamitas e ciganos. Logo a maioria do país é caucasiana e não há grande presença de negros e negras.

O atual presidente do país, Milos Zeman foi reeleito neste ano (2018) e há dois fatores importantes em relação a esta corrida eleitoral: o resultado foi estreito, tendo o candidato com inclinação pró-Rússia recebido apenas 3% dos votos a mais em relação ao candidato Jiri Drahos alinhado à União Européia e o fato ambos apostaram num discurso contra a imigração, num país que apenas recebe solicitações de refúgio.

O país que já integrou o Conselho de Direitos Humanos da ONU, hoje não faz parte do quadro de membros. A Anistia Internacional no relatório sobre o país que compreende os anos de 2017/18 denunciou o racismo e a xenofobia presentes que não se restringe à sociedade civil tcheca, mas que tem respaldo também na fala de seus governantes em altos cargos.

Segundo o levantamento da ONG o governo recusou-se a participar das cotas obrigatórias de transferência de refugiados da UE e apesar das reformas, os alunos ciganos continuaram a ser segregados nas escolas. Além disso uma emenda permitindo que os municípios declarassem zonas de "comportamento socialmente patológico" com acesso restrito a benefícios de moradia entrou em vigor.

Uma pesquisa patrocinada pela Comissão Europeia para determinar o nível de discriminação nos Estados-Membros publicada no início de outubro de 2015 mostrou que os tchecos são os menos tolerantes na UE em relação aos negros, budistas, muçulmanos, ciganos, por tanto a sua presença para debater a temática da juventude negra e caminhos para o combate de seu genocídio se faz essencial para mudança também deste panorama.

Reino Unido

O Reino Unido foi responsável pelos maiores índices de colonialismo no século XX e por consequência, também leva responsabilidade pelo genocídio de milhares de africanos e africanos no período que tange ao neocolonialismo devido ao vasto número de territórios por esse invadido. Em função disso, o país é um dos principais integrantes da Comoonwelth, um órgão responsável por mitigar uma reparação histórica e oferecer auxílio àquelas nações que por anos sofreram com o imperialismo europeu. A nação britânica possui um alto número de imigrantes africanos cujos descendentes compõe o grupo denominado black british, entretanto, em alguns casos, esse termo será designado

a todas as minorias étnicas presentes no país. Em 2016, após o Reino Unido anunciar sua saída da União Europeia, o número de casos de racismo, xenofobia e agressões com imigrantes e seus descendentes britânicos em função de um discurso que passou a contemplar parte de uma população que sempre fora racista, mas que pela primeira vez possui sua voz legitimada de maneira impactante. Nesse sentido, a nação britânica precisa medir esforços para enfrentar da melhor maneira possível discursos racistas que já se fazem presentes no país e podem ser responsáveis pela violência contra negros e negras do país.

Ruanda

Aproximadamente 1 milhão de pessoas morreram durante o Genocídio Ruandês em 1994. Apesar de já existir uma ONU consolidada (e conseqüentemente um Conselho de Segurança que poderia tentar enviar tropas para amenizar o ocorrido), apesar de terem países como a Bélgica, França e os Estados Unidos (que estavam já em território africano e poderiam tentar evitar um dos derramamentos de sangue mais cruéis na história da humanidade), nada foi tentado para auxiliar o país em um panorama que beirou uma guerra étnica.¹³

A situação política, desde o início do Século XXI, se encontra bastante delicada e com muitas debilidades no âmbito de Direitos Humanos e a impotência da imprensa para criticar o atual governo é dada pela intimidação dos governantes para com os jornalistas. Um dos exemplos mais clássicos é a morte duvidosa de alguns representantes de oposição ao governo. Aliado a este panorama social, ainda há uma degradação econômica e uma situação política estável (às custas de uma imposição violenta da situação) e os reflexos notáveis do Genocídio de 94 nas crianças frutos dos mais de 250 mil estupros para com as mulheres que foram feitas de escravas sexuais.

¹³ Mais informações sobre o Genocídio Ruandês em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407_ruanda_genocidio_ms

Rússia

A Federação Russa é maior país do mundo encontrando-se localizado na Eurásia (continente europeu + continente asiático). O país é majoritariamente composto por pessoas brancas, e é um dos piores países para negros no mundo.

Os imigrantes africanos (negros) chegam a descrever o país como um “inferno na Terra”. O Governo de Putin afirma não possuir políticas racistas e lutar veementemente contra qualquer tipo de prática discriminatória, contudo o que é verificado na prática é totalmente o contrário. Além disso, o país sofre com a presença de grupos skinheads e racistas que atacam negros e outros grupos constantemente.

Não há existência de um genocídio negro em território russo, entretanto, o posicionamento do governo e estrutura do país não são favoráveis a negros. A população negra no país sequer tem voz.

Santa Sé

O Estado da Santa Sé apresenta grande preocupação acerca do genocídio dos jovens negros, sobretudo devido às mais recentes crises migratórias, que podem influenciar negativamente nesta situação.

Para o governo do Vaticano a implementação de políticas que visem a erradicação do racismo e xenofobia é prioridade, uma vez que tais são o primeiro passo no combate ao homicídio sistêmico de negros. Além de que, esta delegação acredita que a solidariedade e a educação são outras medidas chaves dentro da problemática do comitê.

Dentro do próprio Estado do Papa Francisco não há taxas discrepantes de homicídios entre negros e outros grupos, não apresentando um panorama de genocídio negro. Na verdade, ressalta-se que este estado é pouquíssimo afetados por questões de violência, apresentando baixos índices relacionados à crimes neste local.

No campo das relações internacionais só não possui sólidas relações diplomáticas com a China e a Arábia Saudita.

Serra Leoa

A República de Serra Leoa é um país localizado à África Ocidental. Antiga colônia da Inglaterra, o seu processo de independência teve início na década de 1960, no entanto, os colonizadores ingleses insistiam em manter sua hegemonia no país. Somente em 1971, após vários golpes de estado, Siaka Stevens, do Congresso de Todos os Povos (APC), proclamou a independência de Serra Leoa.

O país passou por uma série de conflitos internos, a década de 1990 foi marcada pela guerra entre o governo e a Frente Revolucionária Unida (RUF). O acordo de paz só ocorreu no ano de 2001, momento em que houve a presença no país de tropas da Organização das Nações Unidas (ONU), para assegurar o processo de pacificação no território.

Em relação a esse conflito, em 2002 o Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas) aprovou o projeto para a criação de um tribunal para julgar os responsáveis por assassinatos em massa, estupros e mutilações cometidos durante a guerra civil em Serra Leoa. Já em 2014 o balanço feito permitiu reconhecer progressos contínuos e significativos em Serra Leoa possibilitando o Conselho de Segurança da ONU fechar o escritório da missão de paz das Nações Unidas no país sendo a presença da ONU focada no desenvolvimento da nação africana desde então.

O país enfrenta uma série de problemas sociais e econômicos em Serra Leoa que fazem com que apresente 0,420 como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um dos piores no ranking mundial. Sua taxa de mortalidade caiu de 161 por mil crianças nascidas vivas para 70 mortes/1.000 nascimentos, porém ainda é alarmante. Apesar de rico em minerais como diamante, ferro, platina e bauxita, porém o contrabando é de difícil controle e o país de 4,9 milhões de habitantes ainda depende de ajuda humanitária internacional.

A Serra Leoa é um país majoritariamente negro, e dos 18 grupos étnicos que existem em Serra Leoa, os maiores são os mendes e os temnes. Os criôs — descendentes de escravos africanos libertos — vivem principalmente nas redondezas de Freetown.

O relatório da Anistia Internacional para os anos de 2017 e 2018 traz que forças de segurança de Serra Leoa abriram fogo contra estudantes que protestavam contra uma

greve de professores na cidade de Bo, matando um deles e ferindo outros. Há também a problemática da exclusão adolescentes grávidas da escola, e essa questão se relaciona com o casamento infantil.

A juventude do país, apesar de reprimida pelo Estado vem criando movimentos muito interessantes no sentido da defesa de direitos humanos e no âmbito escolar. Um exemplo é o coletivo Girl Up que promove encontros com garotas pelo país e distribui informações sobre menstruação e absorventes, mais caros que a renda média diária da população local.

Somália

No ano de 2017, a cada 1000 crianças que nasceram em território somali, aproximadamente 95 crianças morreram (segundo pior índice no planeta). Diversos fatores corroboram para que tal fato se mantenha e tenda a aumentar: a situação que se aproxima de uma Guerra Civil, a ineficiência do governo somali e a sua total ausência nos territórios em que ou o Al Shabaab ou os senhores de guerra governam, a pobreza extrema, a falta de saneamento básico e de serviços primordiais para a população (saúde, educação e segurança) e a economia decadente que agrava o Mercado de Trabalho são alguns dos fatores que podemos ilustrar o panorama em que o país está imergido atualmente.

A falta de oportunidade para educar-se, e para aqueles que conseguem ter uma oportunidade em se tornar escolarizado¹⁴, a inserção no mercado de trabalho é algo que todo somali sofre diariamente. A mudança no panorama socioeconômico que o jovem somali enfrenta é uma das piores já vistas na história do país. Tal fato é o principal agente que intermedeia os grupos terroristas (ou os piratas, senhores de guerra e quaisquer grupos paraestatais) e esses jovens.

¹⁴ Atualmente, a taxa de crianças matriculadas em escolas primárias no território somali gira em torno de 40%.

UNICEF

A UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) junto com a ONU, estabeleceu que que todas as nações são obrigadas por lei pelo princípio de que o genocídio é um crime proibido pelo direito internacional. Este, pode ocorrer no contexto de um conflito armado, internacional ou não internacional, mas também no contexto de uma situação pacífica. Este último é menos comum, mas ainda é possível. Entretanto, com o aumento do índice nas mortalidades de jovens negros, a UNICEF declarou medidas de prevenção para essas calamidades, como recomendações, sendo essas: Garantir a proteção das famílias vítimas de violência; ampliar a rede de programas e projetos sociais de prevenção para adolescentes vulneráveis ao homicídio; promover a qualificação urbana dos territórios vulneráveis aos homicídios; realizar busca ativa para a inclusão de adolescentes no sistema escolar; prevenir a experimentação precoce de drogas e promover apoio às famílias; promover a mediação de conflitos e a proteção a ameaçados de violência e morte; garantir o atendimento integral no sistema de medidas socioeducativas; promover oportunidades de aprendizagem e inclusão no mercado formal de trabalho com renda; formar policiais em direitos da criança e do adolescente para garantir abordagens adequadas e promover o controle externo da atividade policial; controlar o uso e a circulação de armas de fogo e munições; promover o respeito aos direitos pela mídia; garantir a investigação e a responsabilização pelos homicídios.

Com essas medidas estabelecidas, mas a fiscalização e investimento dos governos responsáveis, a UNICEF acredita que poderá se estabelecer medidas de proteção ao crescimento dos índices no genocídio de jovens negros no mundo.

9. Referências Bibliográficas

_____ Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas / Sales Augusto dos Santos (Organizador). – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.

CULLORS, Patrisse. Black Lives Matter in Australia: wherever black people are, there is racism – and resistance | US news | The Guardian. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2017/nov/02/black-lives-matter-in-australia-wherever-black-people-are-there-is-racism-and-resistance>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

Chima Korieh. The Nigeria-Biafra War, Genocide and the Politics of Memory. Amherst: Cambria Press, 2012.

Mozambique told to be aware of racism. Disponível em: <<http://www.panapress.com/Mozambique-told-to-be-aware-of-racism--12-498504-34-lang1-index.html>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

MPRJ. Disponível em: <<http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/57602>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

O papel da juventude angolana na construção de um futuro próspero - Djembe Communications. Disponível em: <<http://www.djembecommunications.com/language/pt/o-papel-da-juventude-angolana-na-construcao-de-um-futuro-prospero/>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

SHEEN, David. Black lives do not matter in Israel | Racism | Al Jazeera. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/black-lives-matter-israel-180329061234932.html>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SIMMONS, Ann M. Simmons, By Ann M. African migrants in Russia describe . Disponível em: <<http://www.latimes.com/world/africa/la-fg-russia-africans-20141102-story.html>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

STJ - Notícias: Chacina de Costa Barros: mantida prisão de PM denunciado por morte de cinco jovens. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Chacina-de-Costa-Barros:-mantida-pris%C3%A3o-de-PM-denunciado-por-morte-de-cinco-jovens>. Acesso em: 06 ago. 2018.

TODO PODER AO POVO: PRECISAMOS FALAR SOBRE O GENOCÍDIO DOS NEGROS NOS ESTADOS UNIDOS. Disponível em: <https://medium.com/@alinesilveira_53852/todo-poder-ao-povo-precisamos-falar-sobre-o-genoc%C3%ADdio-dos-negros-nos-estados-unidos-d70dcbe01a7b>. Acesso em: 06 ago. 2018.

CRENSHAW, Kimberlé W. (2002), “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. Estudos Feministas, 10 (1): 171-188. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>.

Dados básicos do Cazaquistão. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2015/04/26/dados-basicos-do-cazaquistao.htm>>. Acesso em: 9 ago. 2018.

Cazaquistão anuncia reforma para democratizar sistema político. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-02/cazaquistao-anuncia-reforma-para-democratizar-sistema-politico-0>> Acesso em: 9 ago. 2018.

Foreign Policy - Human Rights. Disponível em: <<https://www.kazakhembus.com/content/foreign-policy-overview-2>> Acesso em: 9 ago. 2018.

Informações gerais sobre a República Tcheca. Disponível em: <https://www.mzv.cz/saopaulo/pt/informacoes_sobre_a_republica_tcheca/informac_es_gerais_1.html> Acesso em: 9 ago. 2018.

Presidente pró-Rússia é reeleito na República Tcheca. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/presidente-pro-russia-reeleito-na-republica-tcheca-22336734>> Acesso em: 16 ago. 2018.

CZECH REPUBLIC 2017/2018. <https://www.amnesty.org/en/countries/europe-and-central-asia/czech-republic/report-czech-republic/>

Survey shows Czechs are the least tolerant in EU toward blacks, Buddhists, Muslims, Roma. Disponível em: <<http://www.romea.cz/en/news/world/survey-shows-czechs-are-the-least-tolerant-in-eu-toward-blacks-buddhists-muslims-roma>> Acesso em: 16 ago. 2018.

ONU: Serra Leoa é exemplo a ser seguido por países em conflito. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-serra-leoa-e-exemplo-a-ser-seguido-por-paises-em-conflito/>> Acesso em: 17 ago. 2018.

Tribunal para crimes de guerra em Serra Leoa abre em outubro. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/reuters/ult112u13499.shtml>> acesso em 17 ago. 2018.

Secundaristas de Serra Leoa lutam pela saúde da mulher. Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/mama-africa/secundaristas-de-serra-leoa-lutam-pela-saude-da-mulher>> acesso em 17 ago. 2018.

Serra Leoa. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/pt/serra_leoa/> acesso em 28 ago. 2018.

Colour in Sierra Leone. Disponível em <<http://www.thepatrioticvanguard.com/colour-in-sierra-leone>> acesso em 28 ago. 2018.

Anistia Internacional Informe 2017/18. Disponível em <<https://www.amnesty.org/download/Documents/POL1067002018BRAZILIAN%20PORTUGUESE.PDF>> acesso em 28 ago.2018

Eleição de miss Japão negra gera debate sobre racismo no país. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150603_miss_japao_mdb> acesso em 28 ago.2018

O Racismo estrutural do Peru. Disponível em <<https://jornalggm.com.br/blog/luisnassif/o-racismo-estrutural-do-peru>> acesso em 13 set. 2018

GARCIA, Constance. Black Peruvians: A Vanishing Presence? Disponível em <<https://www.wildriverreview.com/wrriarge/wild-coverage/black-peruvians-a-vanishing-presence/>> acesso em 13 set. 2018

JAMAICA 2017/2018. Disponível em <<https://www.amnesty.org/en/countries/americas/jamaica/report-jamaica/>> acesso em 13 set. 2018.

VELAR, Laís. “O ‘Pacto pela Vida’, aqui, é o pacto pela morte!”: o controle racializado das bases comunitárias de segurança pelas narrativas dos jovens do grande nordeste de amaralina. 2016. 152f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, DF, 2016.

BAHIA, Bernardo Ramos. **Reavaliando as transições: apontamentos sobre a política externa da África do Sul pós-apartheid.**

Censo populacional brasileiro. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 363 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** 2007, vol.12, n.23, pp.100-122. ISSN 1413-7704.

SKIDMORE, Tomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SANTOS, JÁ. **Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida.** In: MACEDO, JR., org. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidadesseries, pp. 181-194. ISBN 978-85-386-0383-2.

SANTANA, Thayná Menezes. **Racismo e identidade nacional: comparando Estados Unidos e Brasil.** 2017. 36 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

RODRIGUES, RN. **Os africanos no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. pp. 78-105. As sublevações de negros no Brasil anteriores ao século XIX – Palmares.

PINTO, Simone Martins Rodrigues. **Justiça transicional na África do Sul: restaurando o passado, construindo o futuro.** Contexto int. vol.29 no.2 Rio de Janeiro July/Dec. 2007

KILSZTAJN, S., CARMO, M. S. N., SUGAHARA, G. T. L., LOPES, E. S., & PETROHILOS, S. S. (2005). Concentração e distribuição do rendimento por raça no Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*, 9, 367-384.

ALÉM-MAR. Índia: ONU critica racismo e violência, 2007. Disponível em: <http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEZVkuZFFydHQKSbvN>

BBC. Black Earth Rising: O genocídio de Ruanda e suas conseqüências. BBC NEWS, 2018.

CALDAS, L. J. P. D. A. O PERCURSO HISTÓRICO DO RACISMO. VENID, Natal.

CRUZ, R. D. S. DOCUMENTÁRIO GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA: RELATOS DE UMA GERAÇÃO AMEAÇADA DE EXTINÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. [S.l.]. 2018.

DICIONARIO Aurelio. [S.l.]: [s.n.], 2015.

FAHS, A. C. S. O Movimento Negro. politize!, 22 ago. 2016.

FREITAS, F. D. S. JUVENTUDE NEGRA:ENTRE DIREITOS E VIOLENCIA. [S.l.].

FÜRSTENAU, M. Para maioria, racismo é um problema na Alemanha. DW. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/para-maioria-racismo-é-um-problema-na-alemanha/a-44944304>>.

GÓES, W. L. Genocídio da Juventude Negra: da acumulação primitiva a superfluidade. Boletim do Instituto de Saúde, abr. 2008.

GUIMARÃES, A. S. A. COMBATENDO O RACISMO: Brasil, África do Sul e Estados Unidos, v. 14, n. 39.

HOFBAUER, A. Racismo na Índia?, 2015.

ICELAND, G. O. O. Direitos humanos na política externa. Disponível em: <https://www.government.is/topics/foreign-affairs/human-rights-in-foreign-policy/>

ISAAC, B. The Invention of Racism in Classical Antiquity. [S.l.]: [s.n.], 2006.

NASCIMENTO, A. O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado. Rio de Janeiro: EDITORA PAZ E TERRAS/A, 2016.

PASSOS, A. H. A longa duração do racismo. [S.l.]: PUC-Rio, 2005.

PASSOS, J. C. D. As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos.

PELZ, D. Especialistas da ONU afirmam que racismo é realidade na Alemanha. DW, 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/especialistas-da-onu-afirmam-que-racismo-%C3%A9-realidade-na-alemanha/a-37772664>

PEREIRA, J. G. JUVENTUDE NEGRA: UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL. Universidade Federal de Minas Gerais. [S.l.].

PH.D, B. G. The Silent Genocide in Black America. psychology tToday, 2014. Disponível em: <https://www.psychologytoday.com/intl/blog/obesely-speaking/201401/the-silent-genocide-in-black-america>

SENADO, B. B.-A. O relatório, baseado em dados do Mapa da Violência compilado pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz usando figuras oficiais, descobriu que a grande maioria das vítimas são homens, e que os homens negros têm três vezes mais chances de serem mortos do que o. telesurenglish, 2016. Disponível em: <https://www.telesurenglish.net/news/Brazil-Genocide-of-Black-Youth-Kills-1-Every-23-Minutes--20160607-0005.html>

SOUSA, A. F. D. Impactos do racismo no cotidiano da sociedade brasileira: alguns apontamentos sobre o processo de interdição escolar. geledes, 31 jul. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/impactos-do-racismo-no-cotidiano-da-sociedade-brasileira-alguns-apontamentos-sobre-o-processo-de-interdicao-escolar/>

TAYLOR, K. O estado de negação do racismo anti-negro na Europa deve terminar. The perliant Magazine, 2014.

UNITED States Foreign Policies Toward Genocide And Crimes Against Humanity. Encyclopedia, 2005. Disponível em: [.https://www.encyclopedia.com/international/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/united-states-foreign-policies-toward-genocide-and-crimes-against-humanity](https://www.encyclopedia.com/international/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/united-states-foreign-policies-toward-genocide-and-crimes-against-humanity)

UOL NOTÍCIAS. Estudo revela que 50% das vítimas de homicídio nos EUA é negra. Disponível em: [. https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2016/03/03/estudo-revela-que-50-das-vitimas-de-homicidio-nos-eua-e-negra.htm?cmpid=copiaecola](https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2016/03/03/estudo-revela-que-50-das-vitimas-de-homicidio-nos-eua-e-negra.htm?cmpid=copiaecola)

VARGAS, J. C. ADIÁSPORA NEGRA COMO GENOCÍDIO: BRASIL, ESTADOS UNIDOS OU UMA GEOGRAFIA SUPRANACIONALDA MORTE E SUAS ALTERNATIVAS1. Revista da ABPN, v. 1, n. 2, p. 31-65, 2010.

ZAMAMDODA. A POPULAÇÃO NEGRA DA ARGENTINA FOI SISTEMATICAMENTE APAGADA E REMOVIDA EM ESFORÇO DE BRANQUEAMENTO. Afropunk, 2018. Disponível em: <http://afropunk.com/2018/07/argentinas-black-population-has-been-systematically-erased-removed-in-whitewashing-effort/>